



BTEP

BOLETIM TRIMESTRAL
DE ECONOMIA PORTUGUESA

ABRIL 2023

GPEARi

Gabinete de Planeamento, Estratégia,
Avaliação e Relações Internacionais
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Office for Economic Policy
and International Affairs
MINISTRY OF FINANCE



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ficha técnica

Título: BOLETIM TRIMESTRAL DE ECONOMIA PORTUGUESA

Data: ABRIL de 2023

Elaborado com informação disponível em 19 de abril de 2023

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 – 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: gpeari@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Mar

Avenida da República, 79

1069-218 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

■ Índice

● Sumário	5
● Enquadramento Internacional	6
● Economia Portuguesa	8
Atividade Económica	8
Mercado de Trabalho	16
Preços.....	18
Comércio Internacional	22
Contas Externas.....	23
Financiamento e Endividamento	25
Dinamismo Empresarial.....	27
Finanças Públicas.....	30
Financiamento das Instituições Financeiras Europeias.....	36
Previsões Económicas	37
● Política Económica	37
Política Europeia.....	37
Políticas Nacionais	39
Principais Medidas Legislativas	39
● Artigos	42
Scale-Ups in Portugal: Improving Policy Design by Understanding High-Growth in SMES	42
Impacto da Guerra na Ucrânia	42
A reforma do mínimo de existência	43
Comércio Externo do Brasil (2017-2021) e Portugal-Brasil (2018-2022)	43
Comércio Externo de Timor-Leste (2017-2021) e Portugal – Timor-Leste (2018-2022)	43
Comércio Externo da Guiné Equatorial (2017-2021) e Portugal-Guiné Equatorial (2018-2022)	43
Comércio Externo de São Tomé e Príncipe (2017- 2021) e Portugal-São Tomé e Príncipe (2018-2022)	44
Comércio Externo de Cabo Verde (2017-2021) e Portugal-Cabo Verde (2018-2022).....	44
Comércio Externo da Guiné-Bissau (2017-2021) e Portugal – Guiné-Bissau (2018-2022).....	44

Comércio Externo de Moçambique (2020-2021) e Portugal-Moçambique (2018-2022).....	44
Comércio Internacional Índices de valor, volume e preço por grupos e subgrupos de produtos (Janeiro-Dezembro 2022/2021)	45
Comércio Externo de Angola (2017-2021) e Portugal-Angola (2018-2022).....	45
Efeitos da pandemia COVID-19 nas exportações e nas importações	45
Comércio Externo do Reino-Unido e Portugal-Reino Unido 2017-2021 e Janeiro-Outubro 2021-2022.....	46
Comércio Internacional com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) 2017-2021 e Janeiro-Outubro 2021-2022	46
Comércio Externo do Canadá e Portugal-Canadá 2017-2021 e Janeiro-Outubro 2021-2022.....	46
Tendências e Políticas Públicas de Turismo em 2022 com base na OCDE: Enquadramento e notas sobre Portugal	46
<i>Cash Rebate</i> - Avaliação do Incentivo à Produção Cinematográfica e Audiovisual.....	47
Os transportes e as relações comerciais entre as regiões de Portugal Continental e a União Europeia (2019-2021)	47
Inovação e Digitalização no Turismo: um caminho para a Sustentabilidade”	48
O Alojamento Local no Concelho de Lisboa: Impactos e Desafios.....	48
Recuperação e revitalização empresarial – um balanço dos mecanismos judiciais e extrajudiciais.....	49
I&D e Inovação: (Des) Igualdade de Género e Valorização de Recursos	49

■ Índice de Caixas

Caixa 1. Evolução da produtividade em Portugal	10
Caixa 2. Inflação atinge os mais pobres de forma mais severa	20
Caixa 3. Insolvências de empresas em Portugal	29
Caixa 4. Programa de Estabilidade 2023-2027	31
Caixa 5. <i>Dashboard</i> de Desigualdades de Rendimento e IRS	34

■ Sumário

Em 2022, a economia mundial abrandou de forma acentuada, refletindo sobretudo os efeitos da invasão da Ucrânia pela Rússia, o aumento dos preços de energia (choque energético) e uma política monetária restritiva, com taxas de juro crescentes. Os indicadores disponíveis para o início de 2023 indicam uma economia mundial relativamente resiliente, devido sobretudo ao comportamento mais positivo do setor dos serviços, em contraste com uma situação mais negativa do lado da indústria. A fim de conter a escalada da inflação, as taxas de juro diretoras das principais economias avançadas têm vindo a ser paulatinamente aumentadas

Em Portugal, o PIB cresceu 6,7% em volume, em 2022, superando o nível pré-pandémico em 3,2%, com a procura interna a contribuir positivamente para a variação anual do PIB em termos reais (aceleração do consumo privado e abrandamentos do consumo público, e de forma expressiva, do investimento) e a procura externa líquida a passar a contribuir também positivamente para o crescimento anual do PIB. Os indicadores de confiança estão a aumentar neste início de ano e a atividade turística, que recuperou no conjunto do ano de 2022, mantém uma evolução fortemente positiva no início de 2023. O mercado de trabalho manteve-se resiliente em 2022, bem como nos dos primeiros meses de 2023.

A inflação anual fixou-se nos 7,8% em 2022, correspondendo a uma forte aceleração relativamente a 2021 e registando valores que já não eram verificados desde os anos 90. Tendo atingido o valor mais elevado em outubro (10,1%), a inflação tem prosseguido uma trajetória de desaceleração desde então e nos primeiros meses de 2023. Porém, a inflação subjacente continuou a apresentar uma situação rígida. Os produtos energéticos registaram quebra nos preços em março em relação ao ano anterior, mas os produtos alimentares não transformados continuam a mostrar sinais de pressão. O diferencial de inflação portuguesa face à área do euro mostrou recentemente sinais de agravamento, fruto de uma desaceleração mais lenta.

As exportações portuguesas aceleraram num contexto económico e geopolítico adverso e atingiram os 50% do PIB, em 2022. A componente de viagens e turismo destaca-se com o maior contributo para o crescimento das exportações totais, seguindo-se o contributo dos energéticos.

A economia portuguesa registou, em 2022, o primeiro défice externo desde 2011 (excluindo o saldo marginalmente negativo no ano de 2020), refletindo, em grande medida, a evolução do saldo da balança comercial, e não obstante o forte excedente na balança de serviços.

Em 2022, observou-se uma desaceleração do ritmo do crescimento de stock de empréstimos às sociedades não financeiras, tendo a taxa de juro média nos novos empréstimos às empresas mais do que duplicado. Os indicadores de dinamismo empresarial mostram que em 2022, tanto a constituição de empresas como as insolvências decretadas se situaram ligeiramente abaixo do nível pré-pandemia.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu para 0,4% do PIB (-2,9% em 2021), resultado de um crescimento da receita superior ao da despesa. A recuperação da atividade económica, a evolução positiva do mercado de trabalho, os efeitos da inflação, em particular no aumento das receitas de IVA, e a diluição dos apoios no âmbito da pandemia de COVID-19, são os principais fatores explicativos desta evolução. Para a evolução da despesa contribuíram ainda o aumento do emprego e das remunerações nas administrações públicas. Pelo segundo ano consecutivo, o peso da dívida pública no PIB diminuiu, situando-se em 113,9%.

■ Enquadramento Internacional

Em 2022, a economia mundial abrandou de forma acentuada, refletindo sobretudo os efeitos da invasão da Ucrânia pela Rússia, o aumento dos preços de energia (choque energético) e uma política monetária restritiva, com taxas de juro crescentes. O PIB do G20 desacelerou para um crescimento de 3,2% em 2022 (6,3% em 2021), com destaque para 2,1% nos EUA, 3% na China, 4% no Reino Unido e 3,5% na União Europeia (5,9%; 8,1%; 7,6% e 5,4%, respetivamente, em 2021).

A atividade económica dos EUA e da área do euro apresentou um crescimento mais moderado no quarto trimestre de 2022, apesar de ter registado uma evolução mais positiva do que o esperado, demonstrando uma maior resiliência. O PIB dos EUA aumentou 0,7% em cadeia (0,8% no trimestre precedente) e desacelerou para 0,9% em termos homólogos (1,9% no terceiro trimestre), o que se associa a uma deterioração do investimento privado (-19% em termos homólogos). No entanto, o consumo privado apresentou uma evolução positiva, com um recuo pronunciado da taxa de poupança e uma situação muito favorável do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego ao nível mais baixo dos últimos 50 anos. No caso da área do euro, o PIB estagnou no quarto trimestre de 2022 (0,4% no terceiro trimestre) e abrandou para 1,9% em termos homólogos (2,5% no período precedente), não obstante um crescimento robusto no setor dos serviços (sobretudo turismo) ao longo de 2022. O consumo privado beneficiou do forte dinamismo do emprego (o qual aumentou 2,2% no conjunto do ano) e dos apoios concedidos pelos governos dos diferentes países com vista a mitigar o aumento expressivo da taxa de inflação e a rápida subida das taxas de juro.

O crescimento do comércio mundial de bens e serviços desacelerou para 5,1% em termos homólogos em 2022 (10,6% em 2021), com destaque para um abrandamento mais acentuado das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento. O enfraquecimento do dinamismo comercial foi particularmente significativo no final do ano, tendo-se assistido a uma quebra de 0,3% do comércio mundial de mercadorias no quarto trimestre, influenciado sobretudo pela diminuição das exportações da China (-7,6%).

Os indicadores disponíveis para o início de 2023 indicam uma economia mundial relativamente resiliente (EUA, China e área do euro), devido sobretudo ao comportamento mais positivo do setor dos serviços, em contraste com uma situação mais negativa do lado da indústria. O indicador PMI compósito global tornou a evoluir favoravelmente em março, consolidando-se na zona de expansão (acima de 50 pontos) em resultado da melhoria da componente dos serviços, associado a menores tensões nas cadeias de fornecimento globais, à reabertura da China e à redução significativa dos custos energéticos. No primeiro trimestre de 2023, ter-se-á verificado um crescimento mais moderado da economia norte americana, uma recuperação da China e a manutenção de alguma fragilidade da economia da área do euro em resultado da elevada inflação, do aumento da restritividade da política monetária e da incerteza geopolítica.

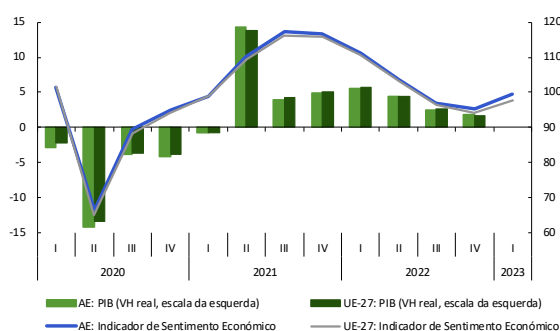
Com efeito, o indicador PMI compósito dos EUA continuou a evoluir positivamente na zona de expansão. Contudo, a produção industrial deteriorou-se, tendo registado uma ligeira quebra no primeiro trimestre (-0,2% em termos homólogos), e as vendas a retalho abrandaram para um crescimento de 5,4% em termos homólogos (6,7% no último trimestre de 2022).

A China iniciou o ano com o impulso da reabertura da atividade, tendo o PMI aumentado para 57 pontos em março de 2023. Quanto aos fluxos comerciais, o ritmo de contração das importações abrandou

para -1,4% em termos homólogos nominais em março (-10,2% em fevereiro) e as exportações recuperaram para um crescimento de 14,8% nesse mês (beneficiando de efeitos de base e de variações de preços), confirmando a recuperação do setor industrial da China após o levantamento de restrições à atividade.

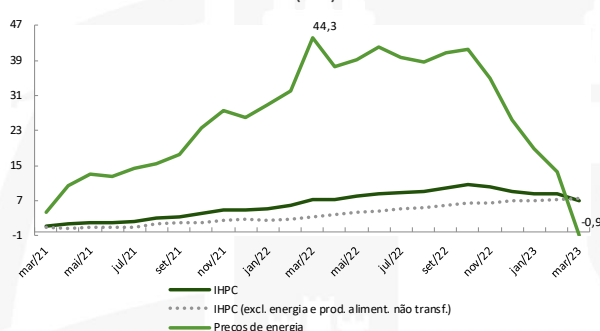
Relativamente à economia da área do euro, o indicador de sentimento económico melhorou no primeiro trimestre de 2023, registando-se um aumento significativo da confiança nos setores dos serviços e do comércio a retalho, bem como por parte dos consumidores; por seu lado, a confiança progrediu lentamente na indústria e diminuiu na construção. Assistiu-se também no início do ano a uma recuperação da produção industrial, a qual aumentou 1,6% em termos homólogos nos dois primeiros meses (1,2% no quarto trimestre de 2022) e a uma ténue melhoria das vendas a retalho, contudo ainda em quebra (-2,5%).

Gráfico 1. PIB e Indicador de sentimento económico da UE



Fontes: CE; Eurostat.

Gráfico 2. Taxa de inflação da área do euro (VH)



Fonte: Eurostat.

As pressões sobre os preços na economia mundial mantiveram-se elevadas em resultado da tendência ascendente dos preços dos produtos alimentares e dos serviços nas principais economias avançadas. Ainda assim, a taxa de inflação global diminuiu gradualmente ao longo dos últimos trimestres, em resultado da forte desaceleração dos preços de energia e do aumento sincronizado da restritividade da política monetária em todo o mundo. Nos EUA, a taxa de inflação homóloga diminuiu para 5% em março de 2023 (após o pico de 9,1% atingido em meados de 2022) e na área do euro baixou para 6,9% (após ter registado um máximo de 10,6% em outubro de 2022). No caso da área do euro, a taxa de inflação subjacente continuou a acelerar, tendo aumentado para níveis historicamente elevados (5,7% em termos homólogos).

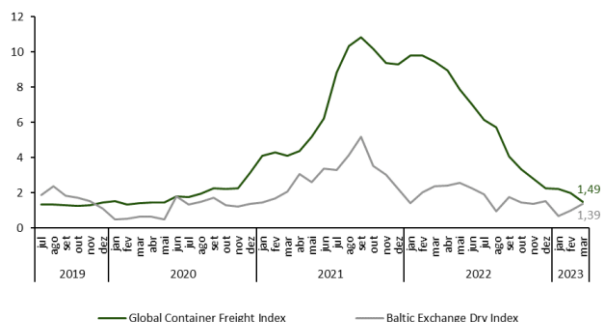
Os preços das matérias-primas energéticas recuaram acentuadamente no primeiro trimestre de 2023, tendo o preço do *Brent* registado uma quebra de 15,6% em termos homólogos, em resultado de uma procura mais fraca (apesar da reabertura da China), dos efeitos do embargo da UE e do limite máximo para o preço do petróleo russo estabelecido pelos países G7. Contudo, já em abril, os membros da OPEP+ anunciaram um corte de produção a partir de maio, e até ao final de 2023, num total de 1,66 milhões de barris por dia, o que poderá sustentar a redução do preço do petróleo nos próximos meses. Também, os preços por grosso do gás e da eletricidade prosseguiram a sua queda para níveis inferiores aos prevalecentes antes da guerra na Ucrânia devido a menores preocupações com a segurança do aprovisionamento do gás na Europa este inverno, em resultado da substituição com êxito do gás russo por gás natural liquefeito, do aprovisionamento acrescido de reservas e da eficácia das medidas de poupança de gás na União Europeia.

O preço das matérias-primas agrícolas para alimentação registou uma quebra em março de 2023 de 2,1% e 20,5%, respetivamente, em cadeia e em termos homólogos. É de destacar a diminuição dos preços dos

cereais, os quais diminuíram 5,6% e 18,6%, respetivamente, em cadeia e em termos homólogos em março, mês em que foi renovado, pela segunda vez, o Acordo para o escoamento de cereais pelo Mar Negro, entre a Ucrânia, a Rússia e a Turquia.

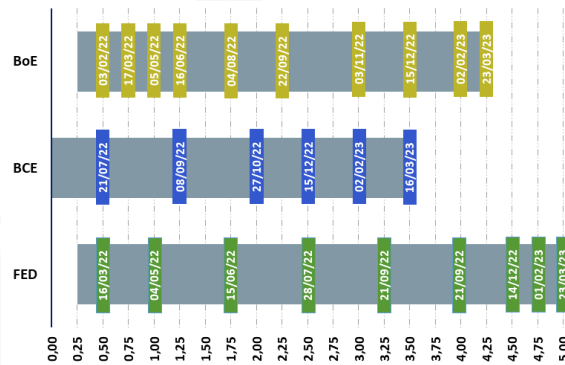
O preço dos contentores, que disparou com a pandemia de COVID-19, continua a diminuir gradualmente desde fevereiro sugerindo a progressiva normalização da situação, mas também algum arrefecimento da procura.

Gráfico 3. Preço unitário dos contentores¹
(milhares de dólares)



Fonte: GEE, com base nos dados da *Freightos and Baltic Exchange*.

Gráfico 4. Taxas de juro diretoras
(taxas, %)



Fontes: BCE, FED, BoE.

A fim de conter a escalada da inflação, as taxas de juro diretoras das principais economias avançadas têm vindo a ser paulatinamente aumentadas, tornando a política monetária mais restritiva. A Reserva Federal dos EUA tornou a subir as taxas de juro oficiais (*Fed Funds*) para o intervalo de 4,75%-5% no final do primeiro trimestre (4,25%-4,5%, no final de 2022) e o Banco Central Europeu elevou-as em 100 p.b., com a taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez a subir para 3,75%, a taxa de juro das operações principais de refinanciamento para 3,5% (*refi*) e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito (*depo*) para 3%.

No início de março de 2023, nota para uma turbulência dos mercados financeiros internacionais ocorrida em ambos os lados do Atlântico, decorrente da falência de alguns bancos regionais norte-americanos e o surgimento de dificuldades financeiras no *Credit Suisse*, registando-se, depois, uma certa acalmia. Registo ainda para a forte valorização do euro face ao dólar (2%) entre o final de 2022 (1,07) e o final de março de 2023 (1,09), em contraste com a desvalorização registada no ano de 2022 (-5,8%).

■ Economia Portuguesa

Atividade Económica

Em 2022, o PIB cresceu 6,7% em volume, superando o nível pré-pandémico em 3,2%; crescimento fortemente impulsionado pelo efeito de base proveniente das restrições à atividade económica em 2021 e pelo crescimento da atividade económica no primeiro trimestre do ano (11,9% em termos homólogos e

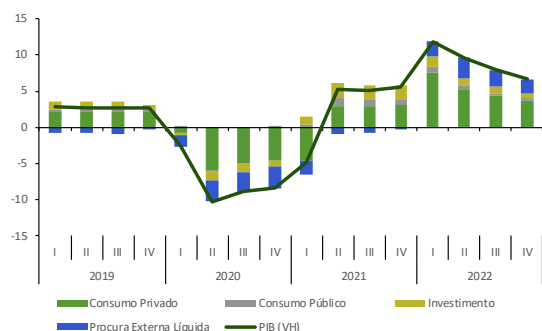
¹ Os valores apresentados para o GCFI e BEDI, correspondem à média dos valores observados na última semana do mês e ao valor observado no último dia do mês, respetivamente. No caso do GCFI, o índice refere-se ao preço unitário médio de um contentor de 40 pés (*forty-foot equivalent unit*). No caso do BEDI, trata-se de um índice composto de três subíndices para contentores de granel seco com dimensões diferentes.

2,3% em cadeia). Nos restantes trimestres de 2022, o crescimento foi menos robusto, com a atividade económica a desacelerar progressivamente.

A procura interna contribuiu positivamente para a variação anual do PIB em termos reais (4,7 p.p. face aos 5,8 p.p. em 2021), verificando-se uma aceleração do consumo privado para os 5,8% (mais 1,1 p.p. face ao ano anterior) e abrandamentos do consumo público (1,7%, menos 2,9 p.p. face a 2021), e de forma expressiva, do investimento para os 3% (menos 7,1 p.p. face a 2021).

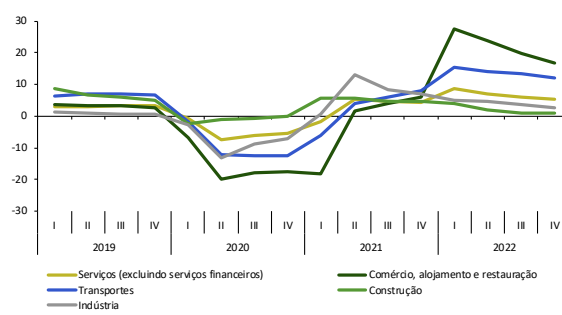
A procura externa líquida passou a contribuir positivamente (2 p.p.) para o crescimento anual do PIB, o que não acontecia desde 2017, com uma aceleração das exportações de bens e serviços em termos reais para os 16,7% (13,4% no ano anterior) e uma desaceleração das importações de bens e serviços para os 11,1% (13,2% em 2021). O crescimento das exportações refletiu o acentuado aumento na componente de serviços para os 37,7%, mais 18,1 p.p. face ao ano anterior, em grande parte justificado pelo expressivo aumento nas exportações de turismo (80,9% face aos 27% em 2021).

Gráfico 5. PIB e componentes
(tvh, %, p.p.)



Fonte: INE.

Gráfico 6. VAB por setor
(tvh, %)



Fonte: INE.

Os setores do comércio, alojamento e restauração (16,9%) e dos transportes, atividades de informação e comunicação (12,1%) foram os que mais cresceram no conjunto do ano. À exceção do VAB da agricultura, silvicultura e pesca, que diminuiu 2,9%, os restantes setores apresentaram variações homólogas positivas.

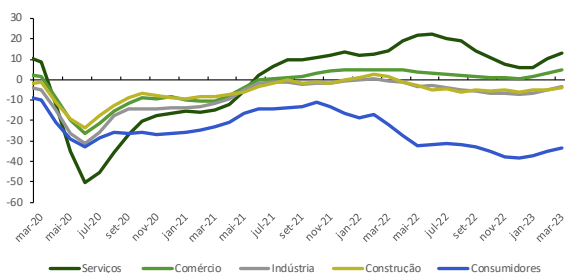
O crescimento da produção industrial abrandou no conjunto do ano de 2022, tendo aumentado 0,4% (menos 2,6 p.p. face a 2021). O agrupamento de energia registou a única variação média anual negativa (-5,8%), tendo o agrupamento de bens de investimento registado o maior crescimento (3,4%). No início de 2023, a produção industrial mantém-se a crescer em termos homólogos.

Os indicadores de confiança aumentaram, ligeiramente, em março de 2023. O indicador de clima económico tem mantido uma trajetória ascendente desde o início do ano. Para esta evolução destaca-se a evolução positiva regista em todos os setores, de forma mais expressiva, nos serviços. De igual forma, a confiança dos consumidores aumentou em março, pelo quarto mês consecutivo, refletindo uma melhoria das perspetivas quanto à realização de compras importantes por parte das famílias, nos próximos 12 meses.

A atividade turística, que recuperou no conjunto do ano de 2022, ainda permanece abaixo dos níveis pré-pandemia, mantendo, porém, uma evolução fortemente positiva no início de 2023. O número de hóspedes e o número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico aumentaram 83,4% e 86,4%, respetivamente, face a 2021, tendo-se registado em agosto o maior número de hóspedes e de

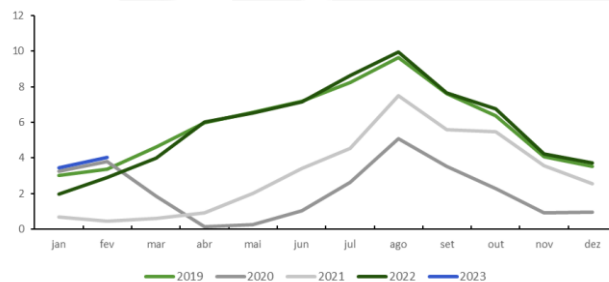
dormidas que há registo. O Reino Unido manteve-se como principal mercado emissor em 2022, representando 19,3% das dormidas de não residentes (16,5% em 2021), tendo o mercado norte-americano (peso de 7,4%) registado um crescimento homólogo de 327,5% (26,9% face a 2019). No início do ano de 2023, a evolução continua a ser favorável, com a atividade turística a superar os valores pré-pandémicos. O número de hóspedes e de dormidas cresceram, no conjunto dos dois primeiros meses, 3,5% e 6,1% face ao mesmo período de 2020, tendo o mercado interno e o mercado externo contribuído para esta evolução. Também os proveitos totais estão acima dos níveis de 2020, tendo aumentado para os 456,7 milhões de euros nos dois primeiros meses do ano, ao qual corresponde um crescimento de 23,7%.

Gráfico 7. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Gráfico 8. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico
(milhões)



Fonte: INE.

Caixa 1. Evolução da produtividade em Portugal

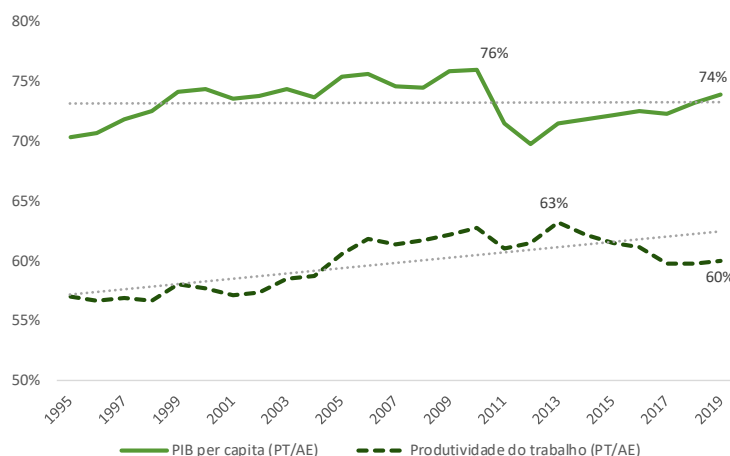
A produtividade é um tema cada vez mais central no debate político, não só pela importância em termos de contributo para o produto potencial, mas também porque as últimas décadas têm sido caracterizadas por uma redução do crescimento médio anual (excluindo efeito ciclo) deste indicador tanto na União Europeia (UE) como em outras economias avançadas (ECB, 2021, Chart 1²).

Para além do impacto que o crescimento da produtividade tem na taxa de juro natural, é necessário ter em conta que este é o principal motor para a melhoria do rendimento *per capita* e dos padrões de vida da população, em particular no contexto atual caracterizado por baixos níveis de desemprego, problemas demográficos e elevado crescimento do número de horas trabalhadas *per capita*.

Comparando a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e da produtividade do trabalho, é possível constatar que a crise financeira interrompeu o período de convergência de Portugal com a área do euro, assistindo-se a uma redução do valor da produtividade do trabalho de Portugal face à área do euro de 63% em 2013 para 60% em 2019. Contudo, o ano de 2019 foi marcado por uma inversão da tendência, observando-se uma ligeira recuperação do valor da produtividade relativa à área do euro (mais 0,3 p.p.).

² ECB (2021). Key factors behind productivity trends in EU countries. Occasional Paper Series, n.º 268, capítulo 2.

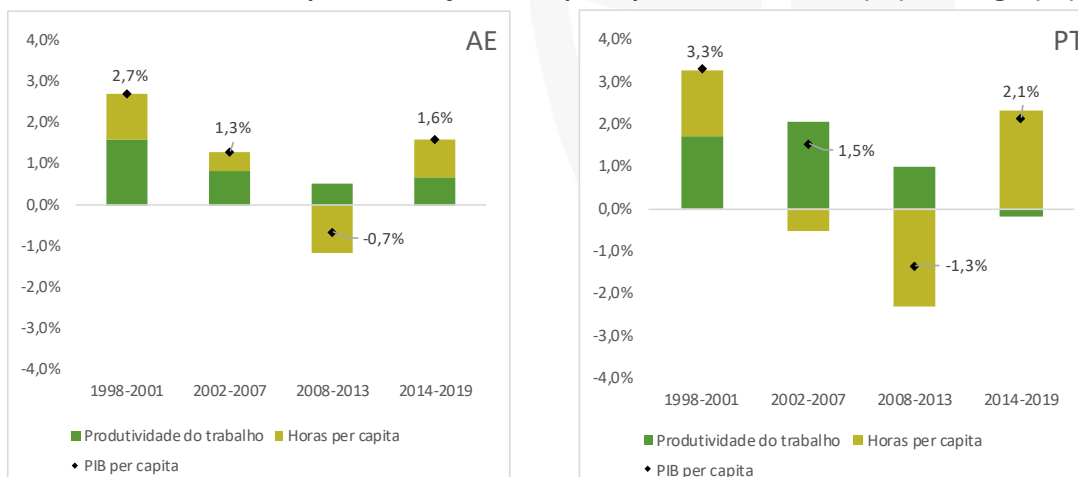
Gráfico 9. PIB *per capita* e produtividade do trabalho (PIB por hora trabalhada) em PPC³



Fonte: GPEARI com dados da AMECO.

Analisando os determinantes do PIB *per capita*⁴, durante os quatro períodos que melhor captam o efeito dos ciclos económicos, é notório que este processo de convergência resultou de um aumento mais expressivo da produtividade do trabalho em Portugal comparativamente com a área do euro, e que tal acontece mesmo nos anos de crise financeira. Contudo, durante a crise o aumento do desemprego, da emigração e o envelhecimento da população contribuíram para uma queda acentuada do número de horas trabalhadas *per capita* e consequentemente para um decréscimo do PIB *per capita*.

Gráfico 10. Contributos para a evolução do PIB *per capita*⁵ – Área do euro (AE) e Portugal (PT)



Fonte: GPEARI com dados da AMECO.

A recuperação da crise é explicada pelo aumento do número de horas trabalhadas, em particular pelo aumento da empregabilidade e, em menor escala, por uma maior participação da população no mercado

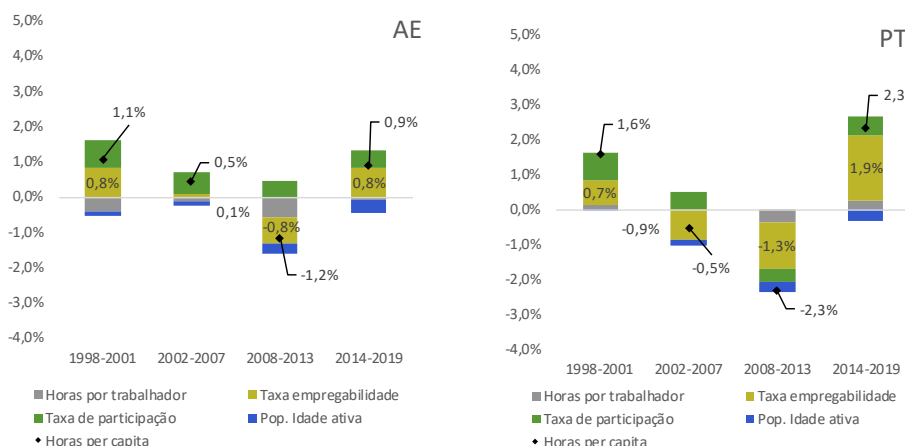
³ Paridades do poder de compra.

⁴ A análise desenvolvida tem por base a metodologia apresentada no artigo *Key factors behind productivity trends in EU countries* desenvolvido pelo BCE.

⁵ A decomposição baseia-se na seguinte identidade: $\frac{PIB}{População} = \frac{PIB}{Emprego} \times \frac{Emprego}{População}$

de trabalho e pelo aumento do número médio de horas trabalhadas *per capita*. O envelhecimento da população continuou, contudo, a refletir-se negativamente na evolução das horas trabalhadas.

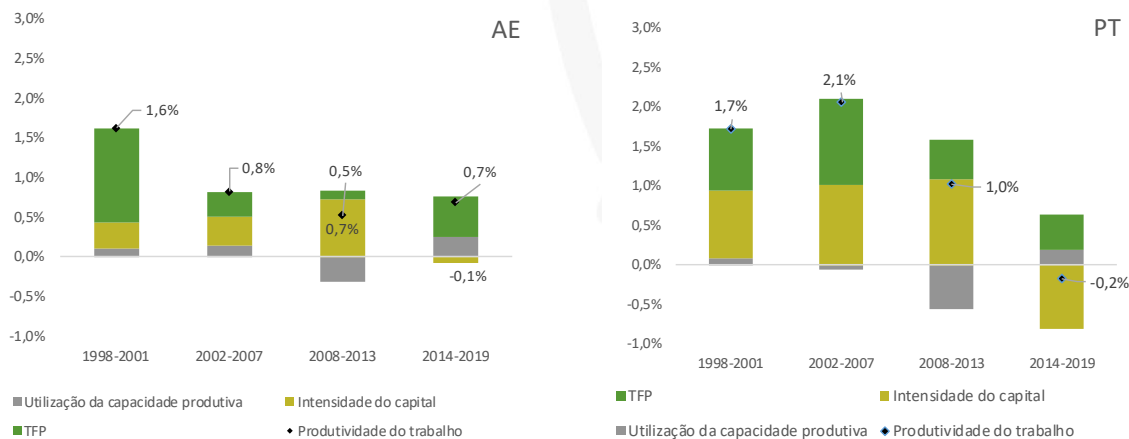
Gráfico 11. Contributos para a evolução das horas trabalhadas *per capita* – Área Euro (AE) e Portugal (PT)⁶



Fonte: GPEARI com dados da AMECO, *Business and Consumer Survey* da CE, Eurostat.

Sabendo que os principais determinantes da produtividade do trabalho são a produtividade total dos fatores (TFP), a intensidade do capital e a utilização da capacidade produtiva podemos ainda concluir que até à crise financeira (inclusive) o processo de convergência foi determinado pelo contributo da TFP e da intensidade do capital que registaram taxas de crescimento acima das verificadas na área do euro. Por outro lado, a queda da produtividade do trabalho no período pós crise foi explicada pela redução da intensidade do capital também condicionada pelo efeito de aumento das horas trabalhadas.

Gráfico 12. Contributos para a evolução da produtividade do trabalho (por hora trabalhada) – Área do euro (AE) e Portugal (PT)⁷



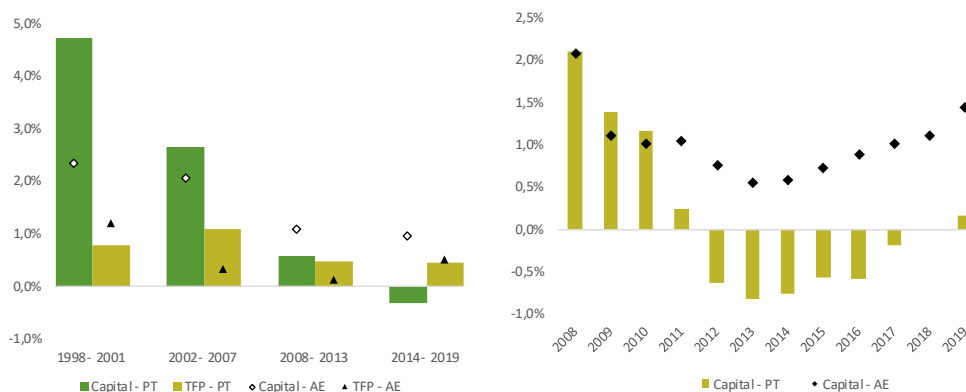
Fonte: GPEARI com dados da AMECO, *Business and Consumer Survey* da CE, Eurostat.

⁶ A decomposição baseia-se na seguinte identidade: $\frac{Horas}{População} = \frac{Horas}{Emprego} \times \frac{Emprego}{Pop. Ativa} \times \frac{Pop. Ativa}{Pop. Idade Ativa} \times \frac{Pop. Idade Ativa}{População}$

⁷ A decomposição realizada segue a seguinte fórmula:

$$\underbrace{gY_t}_{\text{crescimento produtividade trabalho}} \approx \underbrace{gA_t}_{\text{contributo TFP}} + \underbrace{\alpha_t gC_t}_{\text{contributo capacidade utilização}} + \underbrace{\alpha_t gk_t}_{\text{contributo intensidade capital}}$$

Gráfico 13. Evolução do stock de capital e da TFP, por período – Área do euro (AE) e Portugal (PT)



Fonte: GPEARI com dados da AMECO, *Business and Consumer Survey* da CE, Eurostat.

Analisando a evolução do *stock* de capital, é visível uma redução do capital em Portugal nos períodos em análise e uma ligeira recuperação do investimento a partir de 2018, enquanto na área do euro esta recuperação teve início em 2014.

A recuperação do investimento em Portugal poderá espelhar uma melhoria no acesso ao financiamento por parte das empresas num contexto de uma política monetária acomodatória, bem como o efeito de um conjunto de políticas de apoio ao investimento implementadas pelo Estado português nos últimos anos⁸. Adicionalmente, importa ter presente que o processo de recuperação do investimento em Portugal, tal como em alguns países da área do euro, foi condicionado pelos níveis elevados de créditos não produtivos (*non-performing loans* – NPL) que por sua vez deram lugar a um conjunto de orientações e iniciativas (nacionais e europeias) dirigidas às instituições de crédito.

O contributo positivo da TFP para o crescimento da economia deverá refletir alterações estruturais que ocorreram na economia portuguesa, em particular as reformas estruturais (designadamente no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira e da Estratégia Portugal 2020) que têm vindo a ser implementadas em Portugal e que subsistem em grande parte com suporte em fundos europeus.

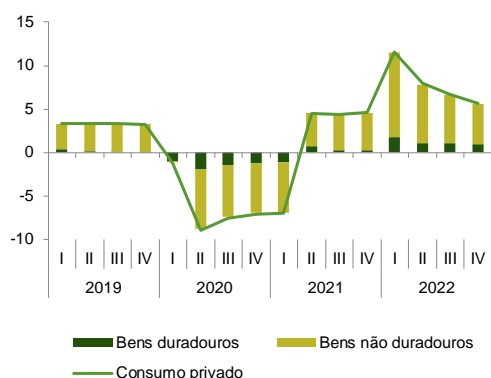
A evolução esperada para estas componentes para os próximos anos é, contudo, incerta. Por um lado, esta será seguramente marcada pelo vasto conjunto de reformas estruturais e investimentos integrados no Programa de Recuperação e Resiliência e no Portugal2030, que visam promover as qualificações dos portugueses, a inovação e a digitalização das empresas, assim como potenciar o investimento público e privado, sendo esperado que estas medidas contribuam positivamente para o crescimento económico e para a produtividade do trabalho, tanto por via de um aumento da TFP, como do investimento público e privado. Contudo, a evolução esperada destas componentes deverá também refletir as alterações na política monetária implementadas nos últimos meses, assim como o atual contexto de elevada inflação e incerteza, bem como outras questões geoestratégicas que podem ter um impacto negativo nas decisões de investimento, e de inovação das empresas.

⁸ Ver avaliações *ex-post* de políticas públicas no [website](#) do GPEARI.

Importa referir que esta análise tem por base dados agregados e deve ser conjugada com informação mais detalhada que permita ver as dinâmicas dentro e entre setores, uma vez que a realocação de fatores entre indústrias e empresas é um fator crucial no processo de melhoria dos níveis de produtividade.

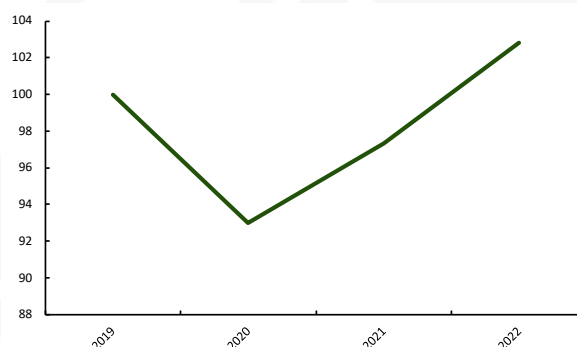
No conjunto do ano de 2022, o consumo privado registou um crescimento de 5,7% (mais 1 p.p. face a 2021). Contudo, no último trimestre do ano, registou uma taxa de variação em cadeia de -0,4%, tendo sido negativamente afetado pela inflação elevada, penalizadora do rendimento real das famílias, assim como pelo processo de normalização da política monetária, marcado pelo aumento das taxas de juro do BCE, que se reflete num aumento no custo de financiamento das famílias, designadamente dos créditos à habitação pré-existentes. Concomitantemente, a taxa de poupança foi de 6,1%, historicamente baixa, representando uma redução de 3,8 p.p. face a 2021.

Gráfico 14. Crescimento real do consumo privado
(VH/ano acumulado no trimestre, %)



Fonte: INE.

Gráfico 15. Crescimento real do consumo privado
(índice, 2019 = 100)

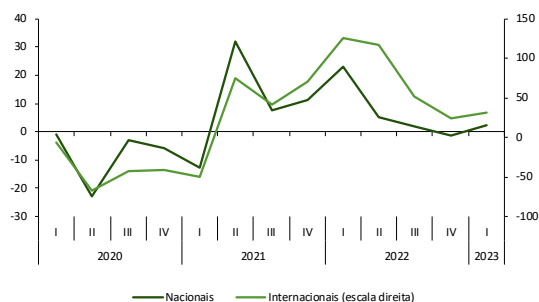


Fonte: INE.

No primeiro trimestre de 2023, o consumo privado mostra-se resiliente. Observando os dados das compras e levantamentos na rede multibanco, deflacionados pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), as operações nacionais registaram uma variação homóloga de 2,5%, tendo as operações internacionais, ainda que manifestando um efeito de base, registado uma variação homóloga de 32%. Neste mesmo período, as vendas de veículos de ligeiros de passageiros cresceram 49,6% em termos homólogos (mais 25 p.p. face ao trimestre anterior), refletindo a progressiva normalização das cadeias de abastecimento, nomeadamente de semicondutores, e da carteira de encomendas de clientes que se encontrava por satisfazer. No entanto, as vendas ainda estão 12,1% abaixo do período homólogo de 2019.

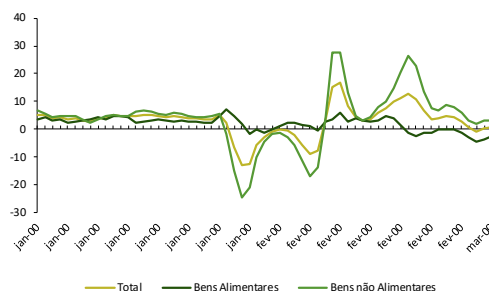
No trimestre terminado em fevereiro, o índice de volume de negócios do comércio a retalho registou uma variação homóloga de 0,8% (representando uma aceleração de 0,5 p.p. face ao mês anterior). Esta evolução deve-se sobretudo ao agrupamento de *produtos não alimentares*, que registaram um crescimento homólogo de 3,3%. Já o agrupamento dos *bens alimentares* continua a registar variações negativas pelo quinto mês consecutivo, continuando penalizado pelas elevadas variações homólogas destes bens.

Gráfico 16. Operações na rede Multibanco (tvh, %)



Nota: Dados deflacionados pelo IHPC.
Fonte: SIBS, cálculos GPEARI.

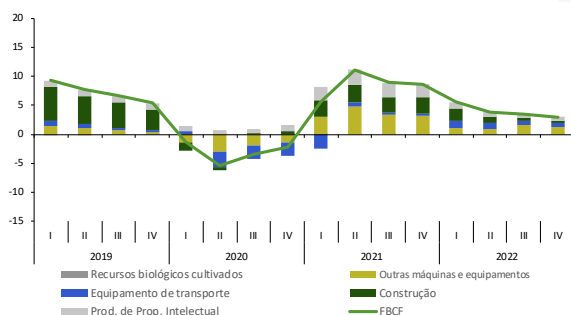
Gráfico 17. Índice de volume de negócios no comércio a retalho (tvh, %, MM3)



Fonte: INE.

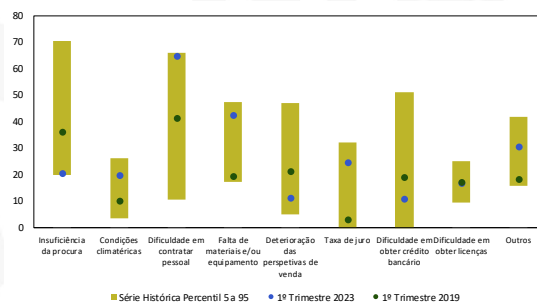
O investimento cresceu 3% em 2022 (8,7% em 2021). No quarto trimestre de 2022, a formação bruta de capital fixo (FBCF) manteve a trajetória de desaceleração, em termos homólogos, verificada ao longo de todo o ano. As maiores taxas de crescimento homólogo em 2022 registaram-se na componente de *equipamentos de transporte* (10,1%) e *outras máquinas e equipamentos* (5,1%). Em sentido oposto, o menor crescimento foi na *construção* (0,8%), que vem desde o início do ano a desacelerar (4,6% no primeiro trimestre, 2,4% no primeiro semestre e 1,2% nos três primeiros trimestres).

Gráfico 18. Formação bruta de capital fixo e contributos (tvh, %, p.p.)



Fonte: INE.

Gráfico 19. Fatores limitativos e à construção e obras públicas (%)

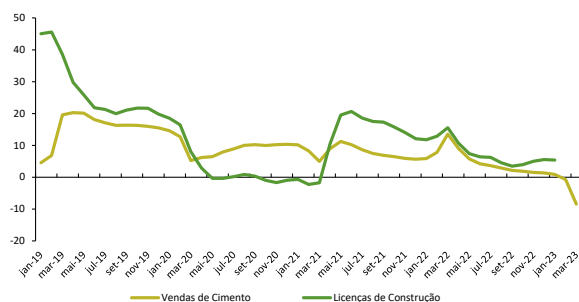


Fonte: INE.

No primeiro trimestre de 2023, à semelhança dos anteriores, o setor da construção (que representa 48% da FBCF) manteve uma trajetória descendente, tendo as vendas de cimento já caído 7,4% em termos homólogos. O setor mantém um conjunto de constrangimentos relacionados quer com o aumento pronunciado dos preços dos materiais, com os seus custos na construção de habitação nova a aumentarem 9,3% em termos homólogos em fevereiro de 2023 (10,2% em janeiro de 2023), quer relativos à contratação de mão de obra, cujos custos têm vindo a subir de forma mais pronunciada, cifrando-se em 8,8% em fevereiro de 2023. O inquérito mensal de conjuntura à construção e obras públicas evidencia, igualmente, a dificuldade em contratar pessoal e a falta de materiais e/ou equipamentos como os principais constrangimentos no setor. Adicionalmente, a manutenção de uma política monetária restritiva constitui um fator adicional negativo para a evolução do investimento, atendendo aos elevados níveis de endividamento e à elevada proporção de empréstimos com taxa de juro variável.

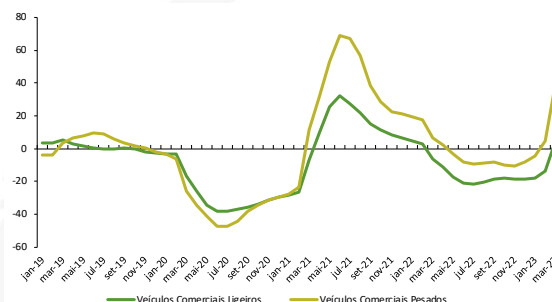
Sinais positivos nas perspetivas futuras do setor da construção. Em janeiro, a emissão de licenças de construção acelerou ligeiramente para 5,5%, após um crescimento anual de 5,1% em 2022. Concomitantemente, no mercado das obras públicas, os primeiros dois meses de 2023 foram bastante positivos, com o volume total de concursos de empreitadas de obras públicas promovidos e o volume total dos contratos de empreitadas de obras públicas celebrados a crescerem, respetivamente, 68% e 38,5%, em termos homólogos⁹.

Gráfico 20. Emissão de licenças de construção e vendas de cimento
(tvh acumulada, %, MM3)



Fonte: Cimpor e Secil, INE.

Gráfico 21. Vendas de veículos comerciais
(tvh acumulada, %, MM3)



Fonte: ACAP.

As vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados mostram sinais positivos no primeiro trimestre de 2023, com um crescimento de 3,2% e 44,6%, respetivamente, em termos homólogos, depois terem caído 18,2% e 3,6% em 2022. Também as aquisições de veículos ligeiros de passageiros por empresas de *rent-a-car* apresentaram, neste período, uma variação homóloga de 140,8% (mais 6,5% que no primeiro trimestre de 2019), uma procura acrescida face à perspetiva de continuidade do crescimento do turismo em Portugal.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho manteve-se resiliente em 2022. No conjunto dos quatro trimestres foram registados máximos, da série iniciada em 2011, na população empregada e na população ativa, com aumentos de 2% e de 1,4%, respetivamente, face ao ano anterior. Também a população desempregada e a população inativa evoluíram favoravelmente em 2022, ao verificarem-se mínimos de série nas variações homólogas anuais de -7,3% e -1,7%, respetivamente. Consequentemente, a taxa de desemprego situou-se nos 6%, o valor mais baixo desde 2011 (início de série). A taxa de subutilização diminuiu pelo segundo ano consecutivo, para os 11,4%, destacando a margem de crescimento do emprego e a queda do desemprego.

Em 2022 registou-se o menor número de pessoas, desde o início da série, a transitar do emprego para o desemprego (-23,1% face a 2021). Por outro lado, revertendo, pela primeira vez desde 2013, a evolução decrescente, registou-se um aumento no número de indivíduos que permaneceram no desemprego de um ano para o outro (8,1%), dado ter havido menos 13 mil indivíduos, face ao ano anterior, a transitarem do desemprego para o emprego (-7,6%). Ainda assim, o fluxo líquido do desemprego foi negativo, em virtude de o número de entradas para o desemprego ter sido à mesma superior ao número de saídas, com tem vindo a acontecer desde 2011, com exceção dos anos de 2012, 2013 e 2020.

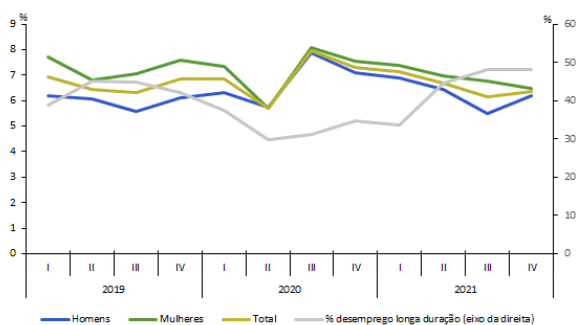
⁹ Dados da Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas (FEPICOP).

Em 2022 o número de desempregados inscritos nos centros de emprego (307 005) foi o mais baixo dos últimos 31 anos, de acordo com os dados de fim de período do IEFP. Concomitantemente, existiram menos 4 510 ofertas de emprego que no ano anterior. No conjunto, registou-se um aumento do rácio de desempregados por oferta.

O índice de custo de trabalho (ICT) aumentou 3,2% face ao ano 2021, mantendo, na média dos doze meses do ano, a evolução crescente registada desde 2015. Na origem da variação deste índice, destacou-se o custo médio por trabalhador (mais 4,3%), que registou o maior crescimento homólogo dos últimos nove anos, sendo que as horas trabalhadas aumentaram 1,3%. O número de remunerações declaradas pelas entidades empregadoras, por trabalho dependente, à segurança social, em 2022, registou o maior aumento homólogo da série disponível de 2010 (7%, o que compara com a variação de 2,5% do ano anterior).

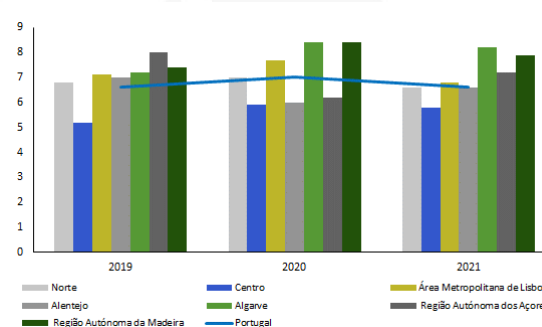
Nos dois primeiros meses de 2023, o mercado de trabalho manteve-se resiliente. Continuamente a aumentar desde janeiro, a população empregada e ativa, alcançaram, em fevereiro, máximos de série de, respetivamente, 4 923,5 milhões e 5 283,1 milhões de indivíduos (mais 0,6% e 1,9%, pela mesma ordem, que no período homólogo). Contrariando a tendência de crescimento dos três meses anteriores, em fevereiro, a população desempregada diminuiu para 359,6 mil indivíduos, com a taxa de desemprego a situar-se nos 6,8% (7% em janeiro). O número de inativos dos 16 aos 74 anos, atingiu, em fevereiro, pelo segundo mês consecutivo este ano, um mínimo de série, situando-se nos 2 404,3 milhões de indivíduos (menos 3% que no período homólogo). A população, que em fevereiro se encontrava em situação de subutilização, reduziu face ao mês anterior, sendo, no entanto, 9,3% superior ao registado no período homólogo. Consequentemente, no mês em análise, a taxa de subutilização situou-se nos 12% (12,2% nos dois meses anteriores). Em conformidade com a tendência observada, o número de subsídios de desemprego diminuiu, face a janeiro, e menos 4,9% que no período homólogo, para 139.303 beneficiários.

Gráfico 22. Taxa de desemprego (%)



Fonte: INE.

Gráfico 23. Taxa de desemprego por regiões (%)



Fonte: INE.

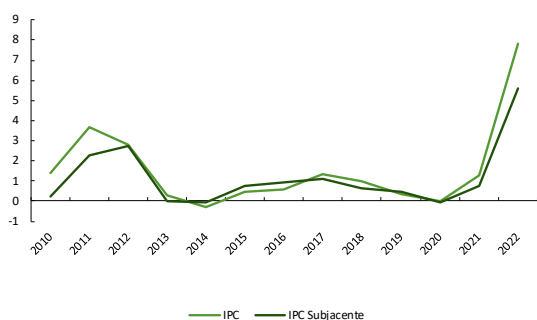
No fim do primeiro trimestre de 2023, registaram-se 306 157 desempregados registados nos centros de emprego, uma diminuição de 29% face ao período homólogo. Contabilizaram-se mais 5 191 ofertas de emprego que no trimestre anterior, no entanto 18% abaixo do verificado no período homólogo. Consequentemente, e após o mínimo histórico alcançado no segundo trimestre de 2022 (13), o número de desempregados por oferta disponível, diminuiu para 18,4 (26,9 no último trimestre do ano). No fim do período em análise, registou-se um aumento, face ao mês anterior, no número de pedidos de emprego, tendo, no entanto, diminuído 6% quando comparado ao período homólogo.

Preços

A inflação anual, medida pelo índice de preços no consumidor (IPC), fixou-se nos 7,8% em 2022, correspondendo a uma forte aceleração relativamente a 2021 (1,3%) e registando valores que já não eram verificados desde os anos 90, num processo de aceleração iniciado em outubro de 2021 e apenas terminado no mês de outubro de 2022, altura em que a inflação atingiu o máximo local de 10,1%.

Inflação subjacente alcançou os 5,6% no ano de 2022, correspondendo a uma aceleração de 4,9 p.p. face ao ano anterior. A inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) vem acelerando continuamente desde outubro de 2021, tendo alcançado no último mês do ano o valor de 7,3%, o mais elevado desde dezembro de 1993.

Gráfico 24. Inflação e inflação subjacente (anual)
(tv, %)



Fonte: INE.

Gráfico 25. Inflação e inflação subjacente
(tvh, %)

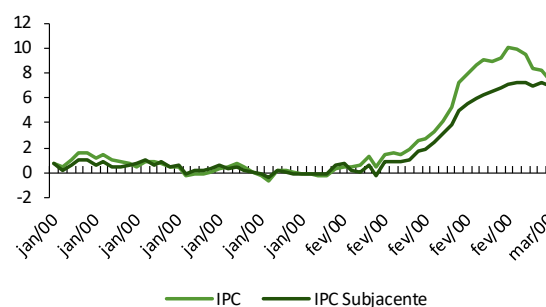
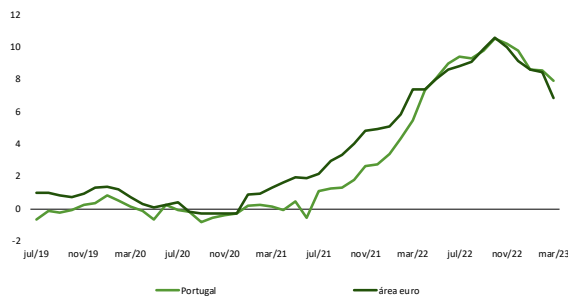


Gráfico 26. Inflação e inflação subjacente
(tvh, %)

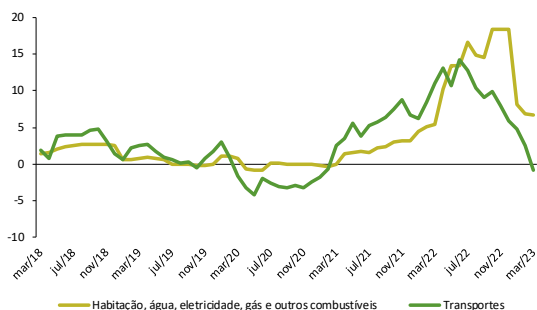


Fonte: INE.

Produtos energéticos registaram quebra nos preços em março em relação ao ano anterior. A evolução da inflação em 2022 refletiu principalmente a dinâmica dos preços dos produtos energéticos, que, nos meses mais recentes, têm vindo a desacelerar de forma consecutiva, tendo no mês de março ocorrido uma variação homóloga de -4,4%. Este desenvolvimento acontece num contexto em que o *Brent* tem vindo a registar variações homólogas negativas desde o início do ano (-15,6% no primeiro trimestre de 2023) e em que se verificaram *selloffs* nos mercados de futuros num ambiente de elevada volatilidade derivado da turbulência no setor bancário norte-americano no mês de março e a aquisição do Credit Suisse pelo UBS. Relativamente ao gás natural (*Dutch TTF*), a variação homóloga tem sido negativa desde janeiro, atingindo os -66,4% no mês de março.

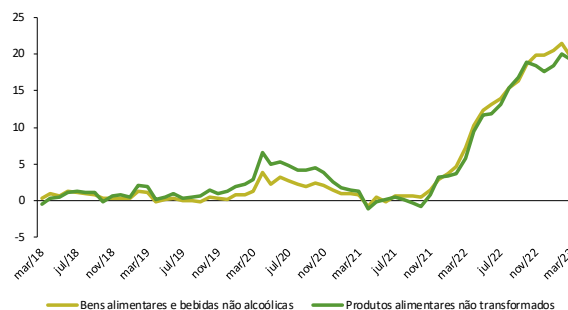
Produtos alimentares não transformados ainda mostram sinais de pressão. Após uma ligeira desaceleração em dezembro de 2022, a variação homóloga dos *produtos alimentares não transformados* evidenciou um comportamento ascendente nos dois meses seguintes, tendo atingido os 20,1% no mês de fevereiro, após o que desacelerou 0,8 p.p. em março.

Gráfico 27. Evolução dos preços nas classes de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis e transportes
(tvh, %)



Fonte: INE.

Gráfico 28. Evolução dos preços dos produtos alimentares não transformados e da classe de bens alimentares e bebidas não alcoólicas
(tvh, %)

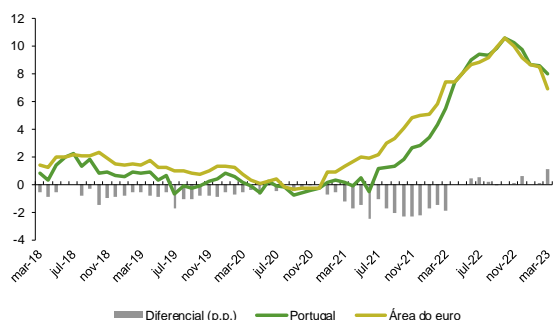


Fonte: INE.

Classe de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas é a única com contributo superior a 1 p.p. À semelhança do agrupamento de *produtos alimentares não transformados*, a classe de *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* registou variação homóloga crescente no índice de preços no início do ano, tendo alcançado os 21,5% no mês de fevereiro, desacelerando no mês seguinte para 19,3%. Neste mês, esta classe contribuiu com 4,3 p.p. para a variação homóloga do IPC, sendo superior à soma do contributo das restantes

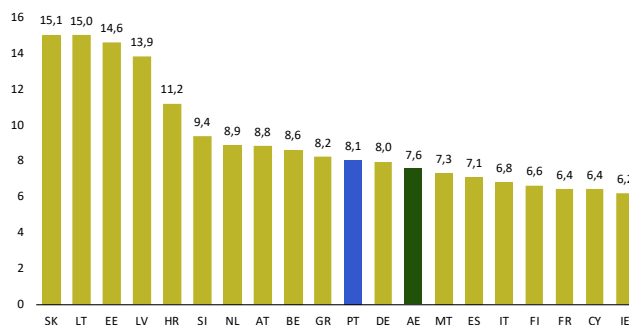
classes em 1,1 p.p. Desde março de 2022, que esta tem sido a classe com maior contributo para a evolução da inflação.

Gráfico 29. Inflação (IHCP)
(tvh, %)



Fonte Eurostat.

Gráfico 30. Inflação subjacente (IHCP)
(tvh, %)



Fonte Eurostat.

Diferencial de inflação portuguesa face à área do euro mostrou sinais de agravamento. Após ter sido idêntica no mês de janeiro, a inflação, medida pelo IHPC, em Portugal foi superior à da área do euro nos meses seguintes. Em março, o diferencial foi de 1,1 p.p., refletindo uma desaceleração mais rápida na área do euro que em Portugal. Importa salientar que este diferencial positivo, menos favorável para Portugal, é o mais expressivo desde abril de 2012 (altura em que tinha sido de 1,2 p.p.). No conjunto do primeiro trimestre, a inflação medida pelo IHPC, foi de 8,4% em Portugal e de 8% na área do euro.

O índice de preços na produção industrial (IPPI) registou em 2022 uma variação de 20,5%, estando, contudo, a desacelerar desde março desse ano. Em 2023, os preços na produção industrial continuaram a tendência de desaceleração. No mês de março, assistiu-se a uma forte desaceleração do IPPI, tendo a variação homóloga sido de 0,2% (-8,7 p.p. face ao mês anterior). Esta desaceleração deve-se essencialmente à evolução do agrupamento de *energia*, que teve uma variação homóloga de -21,2 % em março. Excluindo o agrupamento da *energia*, a variação homóloga do IPPI teria sido de 8,1%. No conjunto do primeiro trimestre, a variação homóloga do índice de preços na produção industrial foi de 6,3%, o que compara com 13,6% no trimestre anterior.

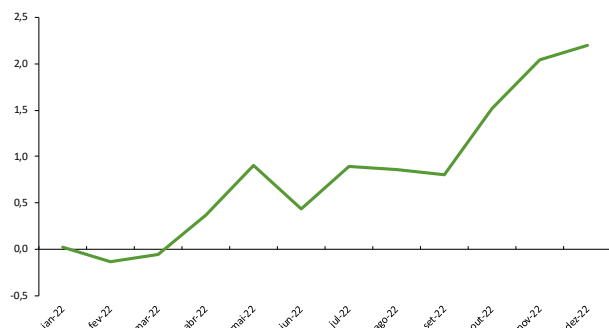
Caixa 2. Inflação atinge os mais pobres de forma mais severa

O ano de 2022 ficou marcado por uma aceleração da inflação, que alcançou valores históricos não só em Portugal, como também em toda a Europa. No caso de Portugal, quando medida pelo IPC, a inflação efetuou uma trajetória ascendente desde outubro de 2021 até outubro de 2022, mês em que a inflação atingiu o valor de 10,1%, um máximo desde maio de 1992.

Contudo, a inflação impactou os diferentes grupos da população de forma diferenciada, designadamente a partir de abril, quando este impacto foi mais acentuado nos agregados familiares de menores rendimentos, na sequência de uma aceleração expressiva no índice de preços nas classes de *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas*, cuja variação do índice de preços passou de 7,2% em março para 10,3% em abril, bem como de *habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis*, passando de uma variação de 5,4% em março para 13,4%. A variação dos preços nestas classes penalizou de forma especial as famílias de menores rendimentos, já que as mesmas alocam uma maior proporção do seu rendimento ao consumo destes bens/serviços. Nesse mês, as famílias de menores rendimentos sofreram um aumento de preços do

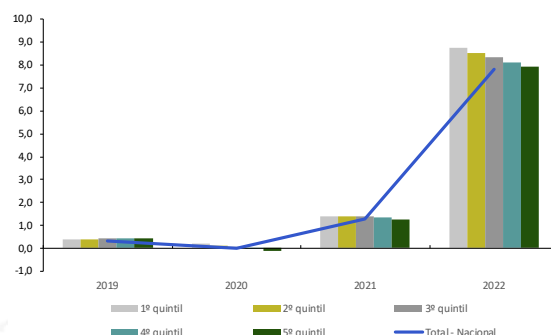
respetivo cabaz de cerca 7,9% (7,6% no caso das famílias pertencentes ao quinto quintil). Nesse mês, estas duas classes contribuíram com 4,1 p.p. para a inflação das famílias com menores rendimentos, contrastando com os 3,9 p.p. das famílias com maiores rendimentos.

Gráfico 31. Diferencial de inflação entre o primeiro e o quinto quintil (p.p.)



Fontes: INE (cálculos GPEARI).

Gráfico 32. Inflação por quintis de rendimento (taxa, %)



Fontes: INE (cálculos GPEARI).

Deste modo, foram as famílias de menores rendimentos as mais penalizadas pela inflação, sendo que o diferencial de inflação se tornou superior a 1 p.p., a partir do mês de outubro. Nesse mês, a classe de *habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis* registou uma variação homóloga de 18,5% (situação repetida no mês de novembro), contribuindo 4,2 p.p. para a inflação das famílias do primeiro quintil nesse mês, e assim, penalizando estas famílias de forma mais intensa, tendo as mesmas sentido uma inflação de 11,6%, o que contrasta com os 10,1% nas famílias do último quintil.

Quadro 1. Inflação por quintis de rendimento: contributos por grupo em 2022

	Var (%)	1.º quintil	2.º quintil	3.º quintil	4.º quintil	5.º quintil
01 – Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	13,0	2,9	2,7	2,6	2,3	1,8
02 – Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	2,6	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
03 – Vestuário e calçado	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
04 – Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	12,8	3,0	2,3	1,9	1,7	1,4
05 – Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	9,2	0,3	0,4	0,4	0,4	0,6
06 – Saúde	-1,4	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
07 – Transportes	10,0	1,4	1,6	1,8	1,8	1,9
08 – Comunicações	1,9	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
09 – Lazer, recreação e cultura	3,9	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3
10 – Ensino	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
11 – Restaurantes e hotéis	11,7	0,7	1,0	1,2	1,4	1,6
12 – Bens e serviços diversos	2,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Total	7,8	8,8	8,5	8,3	8,1	7,9

Fontes: INE (cálculos GPEARI).

O diferencial de inflação entre as duas classes atingiu os 2,2 p.p. em dezembro, reflexo de variações homólogas altas em classes como *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (que desde outubro se tornou na classe com maiores variações homólogas) e *habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis* (cuja variação homóloga tinha sido de 18,4% no último mês do ano). Por sua vez, a desaceleração dos preços em classes como *transportes* e de *restaurantes e hotéis*, resultou num menor impacto do aumento dos preços no cabaz das famílias de maiores rendimentos.

No conjunto do ano, as famílias de menores rendimentos tiveram um aumento dos preços do respetivo cabaz de 8,8%, o que corresponde a uma aceleração de 7,4 p.p. face ao ano anterior, reflexo de contributos das classes de *habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis* (3 p.p.), *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (2,9 p.p.) e *transportes* (1,4 p.p.). Quanto mais elevado o rendimento das famílias, o impacto do aumento dos preços por estas sentido vai diminuindo (impacto de 8%, no caso das famílias de maiores rendimentos).

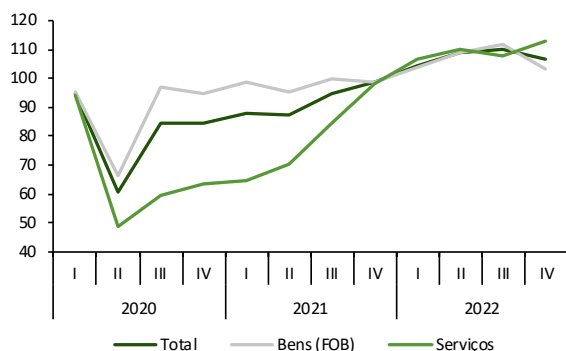
Comércio Internacional

As exportações portuguesas aceleraram num contexto económico e geopolítico adverso e atingiram os 50% do PIB, em 2022. No conjunto do ano 2022, de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE, as exportações nominais de bens e serviços aceleraram, em termos homólogos, de 20,4% para 33,9%, passando a representar 50% do PIB, um valor muito superior ao registado em 2019 (43,5%), cumprindo assim, com três anos de antecedência, a meta definida no Programa do Governo para 2025. O crescimento em volume foi expressivo (16,7%), mas bastante inferior ao crescimento nominal (33,9%), refletindo um contexto internacional de elevada inflação. Do lado das Importações o crescimento foi ligeiramente menos pronunciado, em termos nominais (31,7%) e em termos reais (11%). A procura externa líquida apresentou um contributo positivo para o PIB de 2 p.p., após contributo negativo de 0,3 p.p. em 2021.

O crescimento das exportações foi diferenciado por componente. As exportações de bens em volume aumentaram 8,7%, desacelerando em comparação com 2021 (11,2%), enquanto as exportações de serviços registaram uma aceleração significativa, passando de um crescimento de 19,6% em 2021 para 37,7%, sustentadas pela forte recuperação da atividade turística. Do lado das importações, a componente de serviços também registou um crescimento em volume maior do que o registado na componente de bens (17,2% e 10% em volume, respetivamente).

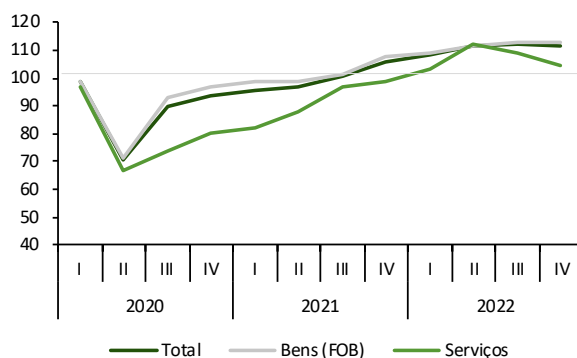
As exportações nominais para o mercado comunitário (que em 2022 representaram 70,5% do total das exportações nacionais) cresceram relativamente menos do que as exportações para países terceiros (21,2% e 27,7%, respetivamente). As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (representando 26,1% em 2022), registaram o maior contributo para o crescimento das exportações mercadorias (5,9 p.p.), seguidas das exportações para os EUA (2,7 p.p.), para a Alemanha (2,6 p.p.) e para França (2,4 p.p.). Do lado das importações, destaca-se igualmente o contributo do mercado espanhol (9,4 p.p.), seguido do contributo das importações do Brasil (2,4 p.p.), da Alemanha (2,3 p.p.) e da China (1,9 p.p.). Em termos de produtos, as exportações e as importações de energéticos registaram taxas de variação homólogas muito significativas (79,8% e 91,5%, respetivamente), refletindo sobretudo o crescimento do preço internacional do *Brent*.

Gráfico 33. Exportações de Bens e Serviços, Volume (2019=100)



Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Trimestrais do INE.

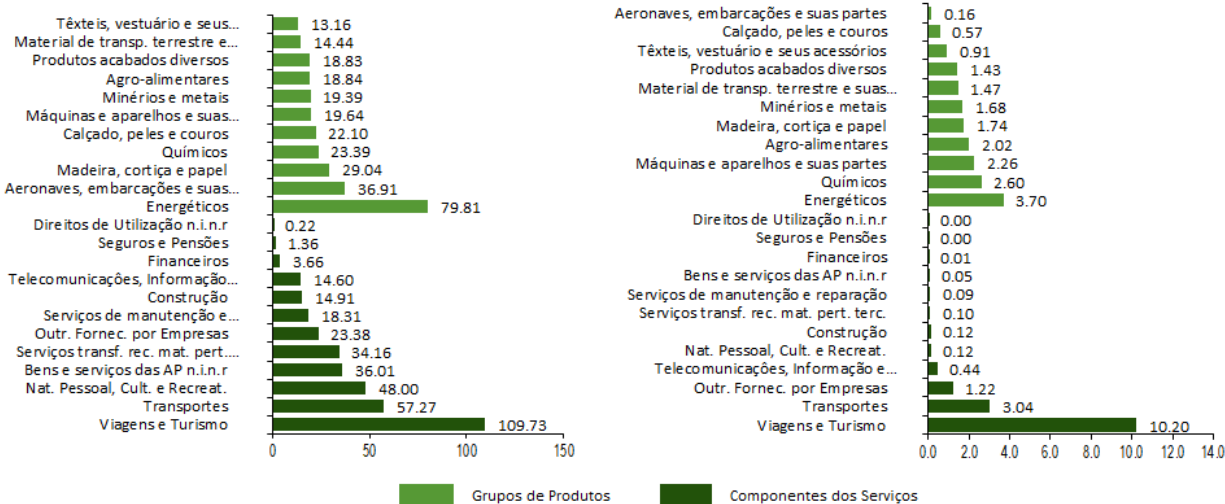
Gráfico 34. Importações de Bens e Serviços, Volume (2019=100)



Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Trimestrais do INE.

No conjunto do ano 2022, a componente de viagens e turismo destaca-se com o maior contributo para o crescimento das exportações totais (10,2 p.p.). Seguiu-se o contributo dos energéticos (3,7 p.p.) e transportes (3 p.p.).

Gráfico 35. Taxas de crescimento das Exportações de bens e serviços e contributos das componentes
Taxas de variação homóloga (%) Contributos¹⁰ (p.p.)



Fontes: Cálculos do GEE com base em dados das Contas Nacionais, para as Exportações de Bens e Serviços, do Banco de Portugal para o cálculo da estrutura das exportações de Serviços e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens.

Contas Externas

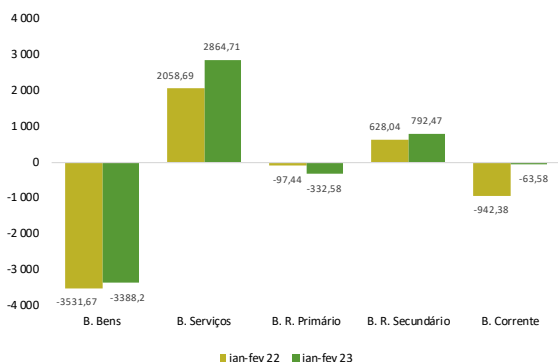
A economia portuguesa registou, em 2022, o primeiro défice externo desde 2011 (excluindo o saldo marginalmente negativo no ano de 2020). O agravamento das contas externas para um défice de 1,1 mil milhões de euros, equivalente a -0,5% do PIB (em 2021 registou-se um excedente de 2,1 mil milhões de euros, equivalente a 1% do PIB), reflete, em grande medida, a evolução do saldo da balança comercial.

¹⁰ A distribuição dos contributos segue a estrutura implícita na base de dados do comércio internacional de mercadorias do INE para as exportações de bens e a estrutura implícita nos dados da balança de pagamentos do Banco de Portugal para as exportações de serviços. Nos contributos aplicou-se uma análise *shift-share*: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das exportações de bens e serviços, de acordo com os valores nominais das Contas Nacionais do INE (33,9%).

O forte excedente na balança de serviços (21,5 mil milhões de euros), o mais elevado da série, não obstante, não foi suficiente para compensar o défice registado na balança de bens (-25,6 mil milhões de euros). O aumento do défice da balança de bens (mais 10,4 mil milhões que no ano anterior) resultou de um crescimento das importações superior ao das exportações (30,9% vs. 22,2%, respetivamente), em grande medida justificado pelo efeito do aumento dos preços e, conseqüentemente, das perdas dos termos de troca registados face ao ano anterior (-3,5%; excluindo os produtos energéticos a variação foi de -0,4%). Relativamente ao excedente da balança de serviços, este aumento deveu-se, em grande parte, à evolução positiva das viagens e turismo, bem como dos serviços de transporte (mais 110% e 57%, respetivamente, face ao ano anterior).

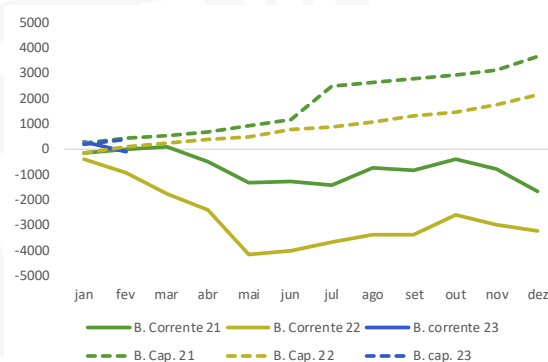
O incremento nos pagamentos líquidos de rendimentos de instrumentos de capital, nomeadamente sob a forma de dividendos, traduziu-se num aumento de 1,8 mil milhões de euros do défice da balança de rendimentos primários. Por sua vez, a balança de rendimentos secundários registou uma diminuição no excedente (menos 350 milhões de euros que em 2021), determinado pela menor atribuição de fundos europeus aos beneficiários finais. O excedente da balança de capital reduziu significativamente face a 2021 (menos 1,6 mil milhões de euros), o que está associado ao facto de no ano transato ter ocorrido o recebimento excecional da devolução da margem financeira relacionada com o Programa de Assistência Económica e Financeira.

Gráfico 36. Balança corrente e componentes
(acumulado, milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Gráfico 37. Balança corrente e balança de capital
(acumulado, milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

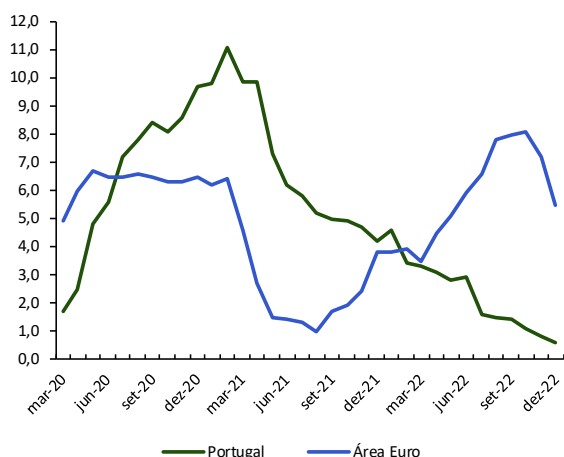
Até fevereiro, contrariamente ao período homólogo, a economia portuguesa registou um excedente externo de 345 milhões de euros (défice de 813 milhões de euros no mesmo período de 2022). Esta evolução, traduziu o significativo aumento de 806 milhões da balança de serviços, destacando-se o acentuado aumento de 676 milhões de euros no saldo das viagens e turismo. Outro fator contributivo, foi a redução, em 143 milhões de euros, do défice da balança de bens, registando-se um crescimento das exportações (11,3%) superior ao das importações (7,6%). Contribuindo ainda para a evolução positiva das balanças corrente e de capital, destacam-se os aumentos nos excedentes da balança de rendimento secundário e da balança de capital, com acréscimos de, respetivamente, 164 milhões de euros e 279 milhões de euros. Na origem destes incrementos, encontram-se, para a balança de rendimento secundário, o aumento dos recebimentos de prestações sociais, bem como a diminuição da contribuição financeira paga por Portugal para o orçamento da União Europeia, sendo que, para a balança de capital, a menor aquisição de licenças de carbono, foi um dos principais fatores contributivos. Por outro lado, o défice da

balança de rendimento primário piorou, em 235 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de pagamentos dos rendimentos de investimento, superior ao dos recebimentos.

Financiamento e Endividamento

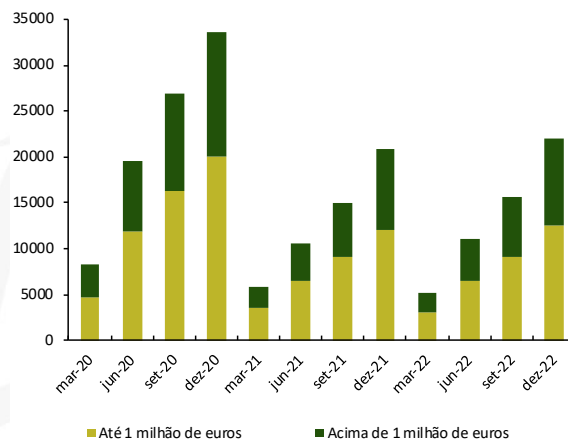
Em 2022, observou-se uma desaceleração do ritmo do crescimento de *stock* de empréstimos às sociedades não financeiras (SNF) em Portugal. No final de dezembro de 2022, o *stock* de empréstimos bancários às empresas era de 75,3 mil milhões de euros, representando um crescimento anual de 0,6%, continuando a desaceleração que se tem vindo a verificar desde março de 2021.

Gráfico 38. Stock de Empréstimos Bancários
(taxa de variação anual, %)



Fonte: Banco de Portugal.

Gráfico 39. Novos Empréstimos às SNF
(milhões de euros)



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal.

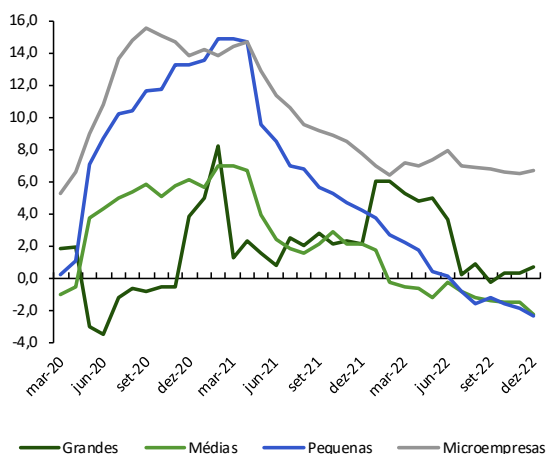
Nos últimos meses de 2022, o ritmo de crescimento de *stock* de empréstimos às SNF da área do euro desacelerou significativamente. Segundo o Boletim Económico do BCE de fevereiro de 2023, esta desaceleração é reflexo, em parte, da menor necessidade de financiamento para inventários, mas também da menor procura de empréstimos para financiar investimento num contexto de forte aumento das taxas de empréstimo bancário e de restrições consideráveis nos critérios de concessão de crédito. Em dezembro de 2022 o *stock* de empréstimo às SNF da área do euro apresentou uma variação anual de 5,5%, 2,6 p.p. inferior à apresentada em outubro.

O montante de novos empréstimos bancários concedidos às SNF aumentou em 2022. Segundo o Banco de Portugal, em 2022, o montante de novos empréstimos concedidos pelos bancos às empresas foi de 22 058 milhões de euros, mais 1 231 milhões do que no ano anterior, a que corresponde uma variação de 5,9%. Foram concedidos 12.442 milhões de euros nos empréstimos até um milhão de euros, a que corresponde uma variação de 3,1%. Nos empréstimos acima de um milhão de euros foram concedidos 9.616 milhões (9,8%).

No quarto trimestre de 2022 observaram-se critérios de concessão de crédito ligeiramente mais restritivos para as PME. Segundo o Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito, publicado em janeiro pelo Banco de Portugal, no quarto trimestre de 2022, os critérios de concessão de crédito nos empréstimos concedidos a PME foram ligeiramente mais restritivos. A desagregação por dimensão dos dados da evolução do *stock* de empréstimos confirma este aumento da restritividade do crédito às pequenas e às

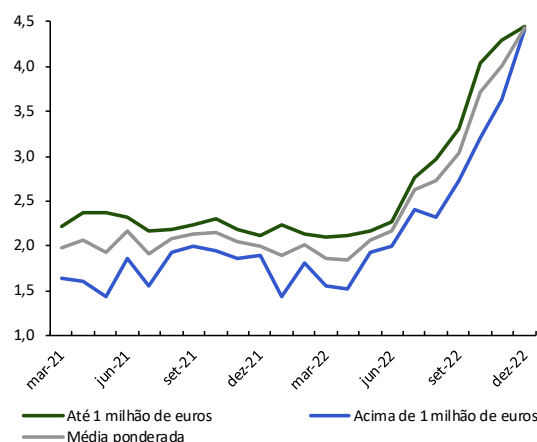
médias empresas, tendo os novos empréstimos registado em dezembro uma variação de -2,4% e -2,3%, respetivamente.

Gráfico 40. Stock de Empréstimos Bancários por dimensão
(taxa de variação anual, %)



Fonte: Banco de Portugal.

Gráfico 41. Taxas de Juro em Portugal (%)

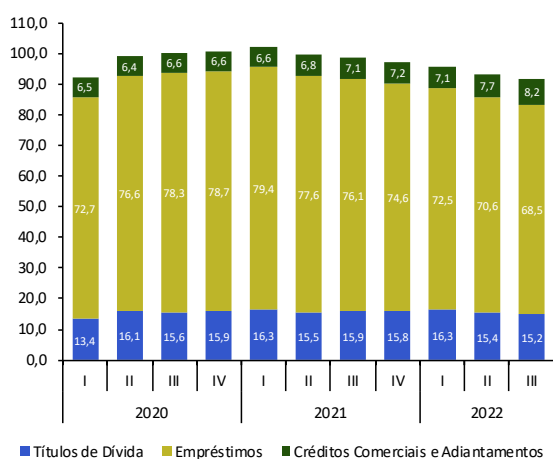


Fonte: Banco Central Europeu.

A taxa de juro média em Portugal nos novos empréstimos às empresas mais do que duplicou em 2022.

Face à subida das taxas de política do BCE nas reuniões de julho, setembro, outubro e dezembro de 2022 as taxas de juro nos novos empréstimos aumentaram de 2,00% em dezembro de 2021 para 4,44% em dezembro de 2022. Este aumento foi superior para os empréstimos de maior montante, tendo as taxas de juro dos novos empréstimos até um milhão de euros aumentado de 2,12% para 4,45% e dos novos empréstimos acima de um milhão de euros de 1,90% para 4,42%.

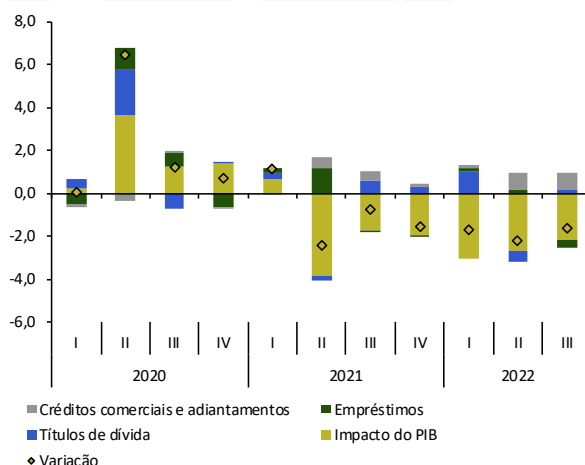
Gráfico 42. Evolução da dívida das SNF (% do PIB)



Nota: Dívida consolidada

Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal para os valores da dívida em títulos de dívida, empréstimos, e créditos comerciais e adiantamentos, e com base em dados do INE para os valores do PIB.

Gráfico 43. Contributos para a variação da dívida das SNF (pontos percentuais)



Nota: Dívida consolidada

Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal para os valores da dívida em títulos de dívida, empréstimos, e créditos comerciais e adiantamentos, e com base em dados do INE para os valores do PIB.

A dívida das SNF em percentagem do PIB diminuiu no terceiro trimestre de 2022 pelo sexto trimestre consecutivo. A dívida das SNF, em percentagem do PIB, diminuiu 1,6 p.p. (face ao trimestre anterior) e 7,1 p.p. (face ao trimestre homólogo de 2021) para 92% do PIB. Em relação ao terceiro trimestre de 2019 a dívida das SNF em percentagem do PIB diminuiu 1,8 p.p.

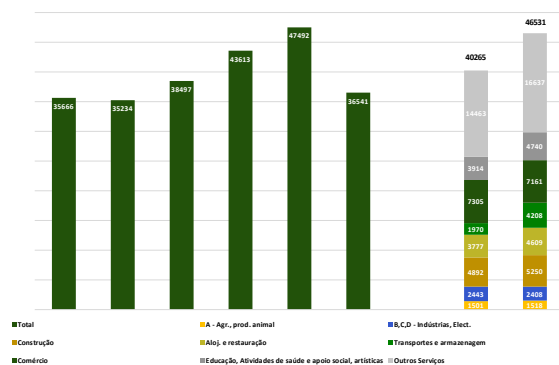
O crescimento do PIB foi o maior contributo para a variação do rácio da dívida das SNF (%PIB). A diminuição da dívida das SNF em percentagem do PIB é maioritariamente explicada pelo aumento do PIB e em menor escala pela diminuição nominal dos “empréstimos”. Em direção contrária, observaram-se aumentos nominais nas componentes “crédito comerciais e adiantamentos” e “títulos da dívida”. Em percentagem do PIB todas as componentes de dívida apresentaram diminuições, com a exceção da

Dinamismo Empresarial

Em 2022, a constituição de empresas em Portugal situou-se ligeiramente abaixo do nível pré-pandemia. O número de empresas constituídas em 2022 (46 531) ultrapassou o número verificado no ano homólogo (40 265), com um crescimento de 15,6%. O setor que apresentou maior crescimento em 2022 foi o dos transportes e armazenagem (com 4 208 novas empresas, mais 113,6%), ficando ainda assim 3,3% abaixo do número de novas empresas contabilizado em 2019. O segundo maior crescimento de 2022 verificou-se no setor do alojamento e restauração (com 4 609 empresas criadas, mais 22%), seguindo-se da construção (5 250 novas empresas, mais 7,3%). O setor do comércio registou menos 144 empresas criadas do que em 2021, contabilizando 7 161 novas empresas.

Em 2022, a constituição de empresas em Portugal registou uma variação de 16,2%¹¹, enquanto a área do euro apresentou uma variação de -0,8%.

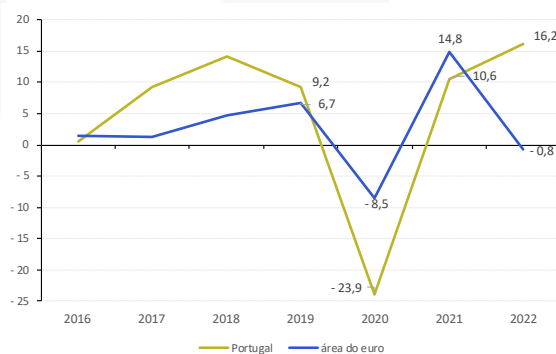
Gráfico 44. Constituição de Novas Empresas em 2022 (Número)



Fonte: INE.

Nota: CAE A a N, P, Q, R e S.

Gráfico 45. Constituição de Empresas (VH, %)



Fonte: Eurostat.

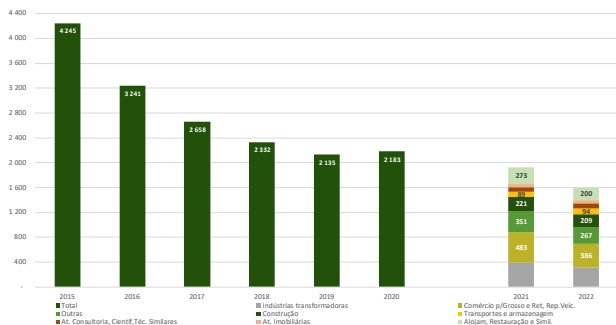
Nota: CAE B a N, P, Q, R, S95 e S96; Série da área do euro para o conjunto de países disponíveis.

As insolvências decretadas em 2022 ficaram abaixo do período pré-pandemia. Em 2022, foram decretadas 1 598 insolvências, representando -25,2% face a 2019 e -17,2% em termos homólogos. O setor do alojamento, restauração e similares, com uma variação de -26,7%, foi o único que, em 2022, registou um número de insolvências decretadas ainda superior ao de 2019(mais 14,3%). Os processos de insolvência em

¹¹ Séries Eurostat com base nas CAE B a N, P, Q, R, S95 e S96.

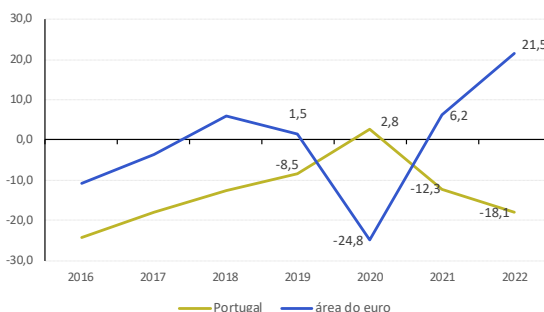
Portugal registaram, em 2022, uma variação de -18,1% enquanto na área do euro se verificou um crescimento de 21,5%¹².

Gráfico 46. Insolvências decretadas em 2022
(Número)



Fonte: INE.

Gráfico 47. Processos de insolvência
(VH, %)

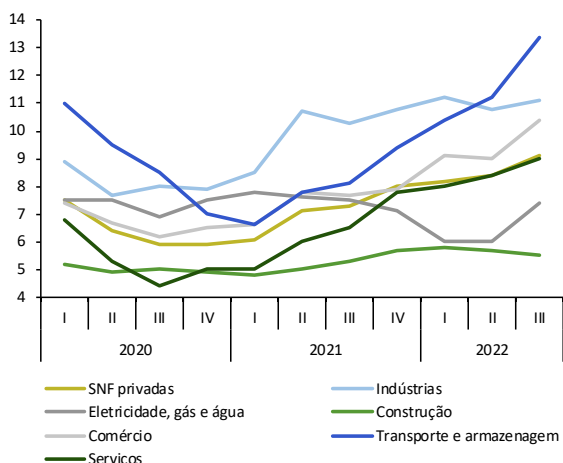


Fonte: Eurostat.

Nota: Série da área do euro (dados para o conjunto de países disponíveis).

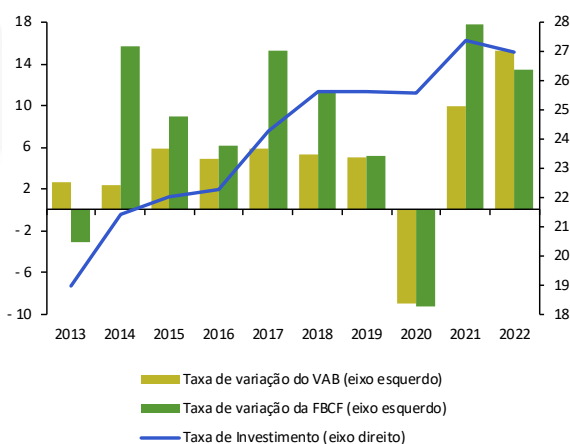
A rentabilidade do ativo das SNF aumentou pelo sétimo trimestre consecutivo. No terceiro trimestre de 2022, a rentabilidade do ativo (EBITDA em percentagem do ativo total) do conjunto das SNF portuguesas continuou a trajetória ascendente, situando-se em 9,1% (mais 1,1 p.p. do que no final de 2021). O aumento da rentabilidade foi transversal a todos os setores com a exceção da construção que passou de 5,7% no segundo trimestre para 5,5% no terceiro trimestre de 2022. O setor dos transportes e armazenagem continuou a apresentar a maior rentabilidade (13,4%).

Gráfico 48. Rentabilidade do ativo das SNF
(EBITDA em % do ativo total)



Fonte: Bdp.

Gráfico 49. Taxa de investimento (FBCF/VAB), taxa de variação do VAB e taxa de variação da FBCF
(%)



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do INE.

A taxa de investimento das SNF diminuiu em 2022. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) das SNF em 2022 foi de 121 139 milhões de euros, o que representa um aumento de 15,3% face a 2021. No mesmo período, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das SNF aumentou 13,5% para 32.655 milhões de euros. Estes

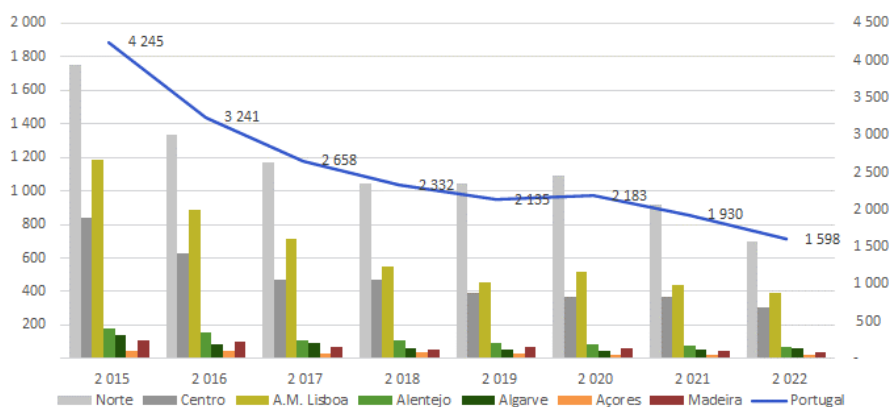
¹² Processo de insolvência corresponde à apresentação, voluntária ou por um credor, à insolvência. Desse processo poderá o juiz decretar insolvência ou ser homologado um plano de recuperação do devedor.

aumentos representam uma taxa de investimento (rácio entre FBCF e VAB) de 27,0% em 2022, valor inferior em 0,4 p.p. à taxa de investimento de 2021 (27,4%).

Caixa 3. Insolvências de empresas em Portugal

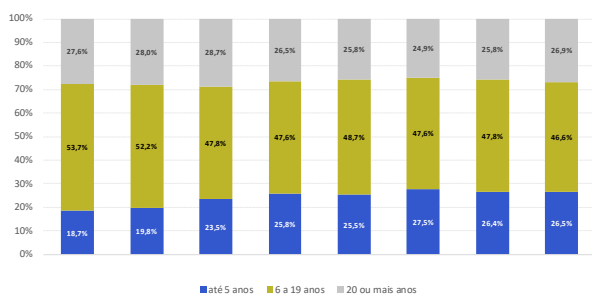
Com exceção do ano 2020, em que as insolvências de empresas cresceram 2,2% face ao ano homólogo, tem-se assistido em Portugal a uma diminuição do número de insolvências, com 1 930 registos em 2021 e 1 598 em 2022. Em termos de distribuição geográfica (NUTS II), as zonas com maior concentração de insolvências têm sido a região Norte, a Área Metropolitana de Lisboa e a região Centro, (43,9%, 24,7% e 19,2% do total, respetivamente). A zona que registou maior descida em 2022 face a 2021, foi a região Norte com uma quebra de 23,6% e 702 insolvências decretadas.

Gráfico 50. Evolução das insolvências decretadas por zona geográfica NUTS II (Número)



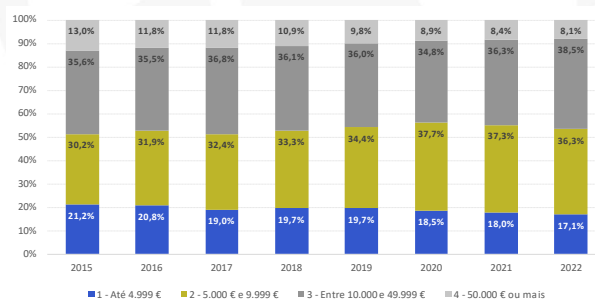
Fonte: INE.

Gráfico 51. Insolvências por escalões de idade da empresa (peso, %)



Fonte: INE.

Gráfico 52. Insolvências por escalões de valor da dívida (peso, %)

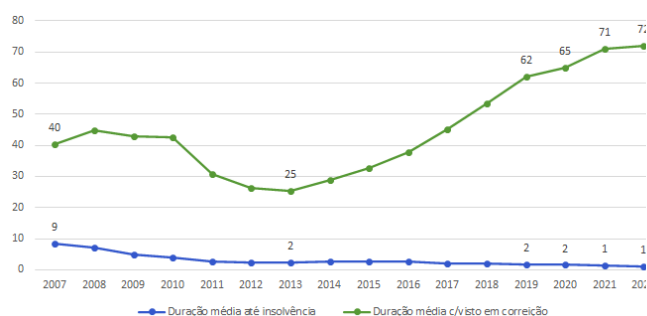


Fonte: DGPI.

Considerando a distribuição de insolvências decretadas por escalões de idade das empresas a maior concentração tem-se verificado no escalão intermédio - 6 a 19 anos – com um peso médio de 49% de 2015 a 2022, sendo este escalão que, de acordo com o Banco de Portugal, concentra também mais empresas (média de 41,3% de 2015 a 2021). O grupo de empresas com idade inferior a 5 anos regista em média 24,2% do total das insolvências, enquanto o escalão de maior idade (acima de 20 anos) representa cerca de 26,8% do total. Observando a agregação das insolvências por quatro escalões de dívida envolvida nos processos – 1.º escalão (até 4 999€), 2.º escalão (de 5 000€ a 9 999€), 3.º escalão (de 10 000€ a 49 999€) e 4.º escalão (superior a 50 000€) – em 2022, foi o 3.º escalão de dívida que concentrou mais insolvências face ao total

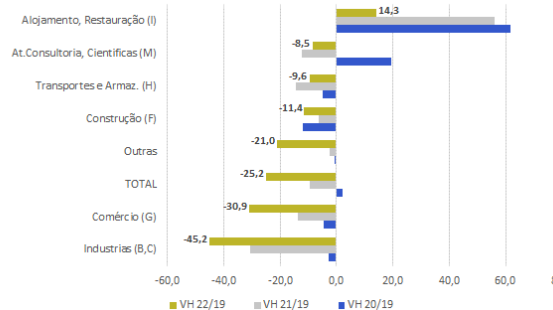
do ano, com 38,5% seguindo-se do 2.º escalão com 36,3%. Em termos médios, no período compreendido entre 2015 e 2022, também têm sido estes os escalões de maior relevância.

Gráfico 53. Duração média dos processos de insolvência (Meses)



Fonte: DGPI.

Gráfico 54. Insolvências decretadas, por atividade económica (Variação face a 2019)



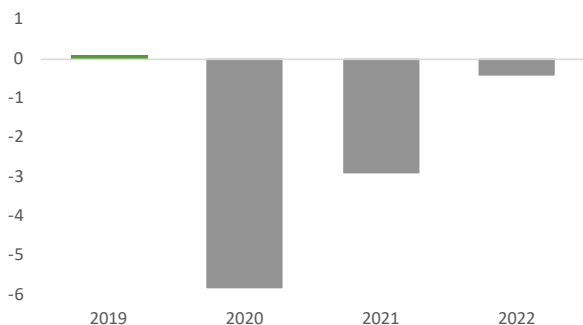
Fonte: DGPI.

A duração média dos processos até à declaração de insolvência (medida pelo tempo decorrido desde a data de entrada no tribunal e a data de decisão final proferida pelo tribunal), tem diminuído ao longo do tempo: passou de nove meses em 2007 para um mês em 2022, reflexo das medidas de simplificação e desmaterialização de certos atos que conferiram maior celeridade processual. Em contrapartida, a duração média até ao visto em correção, emitido pelo juiz após verificação de todos os trâmites ou eventuais irregularidades corrigidas num processo findo, por já envolver fases posteriores à declaração de insolvência, tem aumentado, atingindo os 72 meses em 2022.

Finanças Públicas

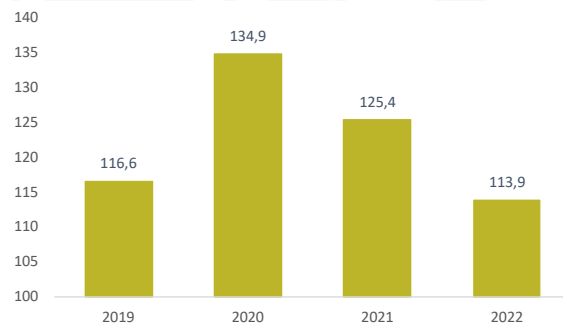
Em 2022, o défice orçamental diminuiu para 0,4% do PIB. O saldo das Administrações Públicas (AP) situou-se em -944,4 milhões de euros, o que correspondeu a -0,4% do PIB (-2,9% em 2021). Esta melhoria resultou de um aumento da receita (10,2%) superior ao da despesa (4,4%).

Gráfico 55. Saldo das administrações públicas (% do PIB)



Fonte: INE.

Gráfico 56. Dívida pública (ótica de Maastricht) (% do PIB)



Fonte: INE.

A receita aumentou 10,2%. Para este aumento contribuíram as receitas fiscais e contributivas e as vendas, tendo as outras receitas correntes e a receita de capital registado uma diminuição. Os maiores contributos positivos resultaram:

- dos impostos diretos, em particular do IRC, cujo aumento reflete um efeito de base, uma vez que compara com um resultado em 2021 que foi essencialmente condicionado pelo comportamento dos lucros das empresas em 2020;
- dos impostos indiretos, com destaque para o IVA que aumentou 18,1%, refletindo, em parte, os efeitos do aumento da inflação; e
- das contribuições sociais, refletindo a evolução positiva do mercado de trabalho face a 2021, o qual foi ainda marcado por medidas de confinamento que restringiram a atividade económica.

A outra receita corrente diminuiu 20,3%, reflexo, em larga medida, da menor utilização de fundos da União Europeia para financiamento de despesa realizada no combate à pandemia de COVID-19, tendo, contudo, impacto neutro no saldo orçamental. A diminuição da receita de capital em 28,8% reflete um efeito de base associado ao reembolso da margem pré-paga e respetivos juros de aplicação, que ocorreu no terceiro trimestre de 2021, no montante de 1 114,2 milhões de euros, retida aquando da concessão do empréstimo do Fundo Europeu de Estabilização Financeira ao Estado, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira.

A despesa aumentou 4,4%. A evolução ascendente verificou-se em todas as componentes com exceção dos subsídios (-40,4%) e dos juros (-9,4%). As despesas das AP, em 2022, refletem os efeitos de algumas medidas de política pública no contexto da pandemia de COVID-19, em grau inferior ao observado nos dois anos anteriores, e também de novas medidas de mitigação dos efeitos da inflação. De entre as diversas medidas implementadas destacam-se as seguintes: *i)* complemento excepcional a pensionistas e o apoio extraordinário a titulares de rendimentos e prestações sociais; *ii)* apoios a famílias mais carenciadas; *iii)* despesa com aquisição de bens e serviços do setor da saúde, destacando-se a despesa com a realização de testes COVID-19, aquisição de medicamentos, meios complementares de diagnóstico e material de consumo clínico no Serviço Nacional de Saúde; *iv)* despesa da Direcção-Geral de Saúde com as vacinas COVID-19; *v)* despesas com pessoal, em particular devido aos efeitos das atualizações salariais e das valorizações remuneratórias; *vi)* alocação adicional de verbas ao Sistema Elétrico Nacional (SEN) para redução das tarifas de eletricidade.

Na despesa de capital, refira-se o aumento do investimento público (FBCF) em 7,1%, destacando-se o contributo dos investimentos no setor dos transportes, e o aumento em 30,9% das outras despesas de capital refletindo o efeito, nomeadamente, das seguintes operações: *i)* injeções de capital do Estado no Grupo TAP (990 milhões de euros) e na EFACEC (159 milhões de euros); *ii)* conversão de ativos por impostos diferidos (DTA) em crédito tributário (245 milhões de euros), *iii)* aumento de capital (62 milhões de euros) e concessão de garantias (135 milhões de euros) para financiamento bancário à SATA Air Açores pelo Governo Regional dos Açores, no valor total de 197 milhões de euros.

A dívida pública diminuiu para 113,9% do PIB, no final de 2022, menos 11,5 p.p. face ao final de 2021. Esta redução reflete essencialmente o efeito do denominador (PIB), na medida em que o *stock* da dívida pública aumentou para 272,6 mil milhões de euros (3,3 mil milhões de euros acima do valor registado no final de 2021).

Caixa 4. Programa de Estabilidade 2023-2027

No passado dia 17 de abril, o Governo submeteu o Programa de Estabilidade 2023-2027 (PE 2023-2027) à Assembleia da República.

O crescimento da economia portuguesa para 2023 foi revisto em alta em 0,5 p.p. face ao inscrito no Orçamento de Estado (OE) para 1,8%. Nos anos seguintes, prevê-se que o crescimento do PIB estabilize em torno dos 2%. Esta tendência prende-se sobretudo com a aceleração do investimento (FBCF) associado à execução do PRR e o dinamismo das exportações de bens e serviços, justificado pela continuação do bom desempenho do turismo.

Por outro lado, o consumo privado regista em 2023 uma forte desaceleração face a 2022, com um crescimento substancialmente inferior ao da atividade económica. Ainda assim, a dissipação da incerteza, a redução da inflação e o aumento do rendimento disponível real, alicerçado em valorizações salariais expressivas no horizonte projetado, permitirão que o consumo privado apresente um crescimento superior, nos anos subsequentes, em torno de 1,5%.

Quanto ao mercado de trabalho, em 2023, estima-se uma taxa de desemprego de 6,7%, superior à prevista no OE, que se deve ao aumento previsto da taxa de atividade para um novo máximo. A partir de 2023, e no horizonte projetado, a taxa de desemprego estabilizará em torno dos 6%, fruto de um crescimento moderado do emprego e de uma relativa estabilização da taxa de atividade num cenário de estabilização da população em idade ativa.

Adicionalmente, prevê-se que o IHPC desacelere para 5,1% em 2023, 1 p.p. acima do inscrito no OE. Esta desaceleração manter-se-á no horizonte temporal do PE, em que a inflação tenderá a convergir para níveis consistentes com o objetivo de 2% do BCE.

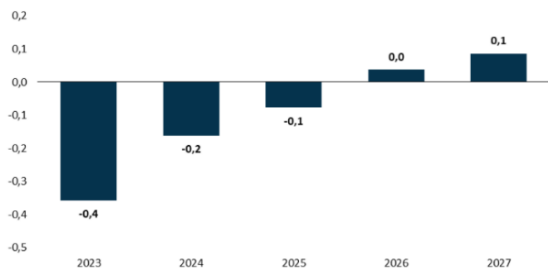
Concomitantemente, o défice da balança comercial de bens e serviços deverá reduzir-se, consubstanciado pelo desempenho das exportações de turismo e pela redução dos preços de bens energéticos. A balança corrente deverá apresentar um saldo positivo de 0,4% em 2023, uma revisão em alta de 1,5 p.p. face ao OE, em resultado do reforço dos fluxos de fundos europeus. Similarmente, a balança de capitais deverá apresentar um excedente de 2,1% em 2023, uma revisão em baixa de 0,5 p.p. face ao OE. Deste modo, em 2023, a economia portuguesa deverá registar uma capacidade de financiamento de 2,4%, que se estabilizará em torno de 1,5% no horizonte projetado.

O saldo orçamental das Administrações Públicas (AP) cifrou-se em -0,4% do PIB, em 2022, abaixo da estimativa apresentada no OE, suportado pela recuperação da atividade económica após os impactos da pandemia de COVID-19. O saldo primário fixou-se em 1,6% do PIB, no ano passado.

Tendo em consideração os desenvolvimentos das finanças públicas, prevê-se que em 2023 o saldo orçamental se situe em -0,4% do PIB, evoluindo para um excedente de 0,1% do PIB em 2027, o que representa uma melhoria de 0,4 p.p. do PIB.

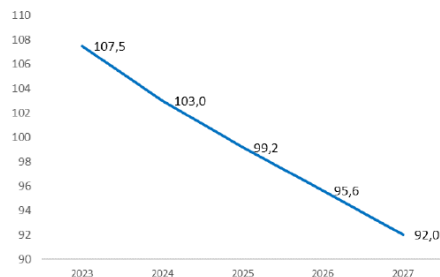
A melhoria do saldo orçamental reflete um crescimento da despesa que, embora impulsionado pelo PRR e pela dinamização do investimento público financiado por fundos nacionais, é inferior ao crescimento perspetivado para o PIB nominal (resultando numa redução do rácio da despesa de 2,6 p.p. do PIB, ao longo do horizonte de projeção). Quanto à receita, perspetiva-se uma diminuição em percentagem do PIB na ordem dos 2,2 p.p. justificada pelos fundos europeus associados ao PRR e ainda uma redução do peso da receita fiscal associada à implementação de medidas de diminuição de impostos diretos. Desta forma, o défice fica abaixo do valor de referência dos 3%, em todo o horizonte da projeção, prevendo-se que entre 2025 e 2027 se atinjam saldos em torno do equilíbrio.

Gráfico 57. Saldo das Administrações Públicas (% do PIB)



Fonte: Ministério das Finanças, Programa de Estabilidade 2023-2027.

Gráfico 58. Evolução da dívida pública (% do PIB)

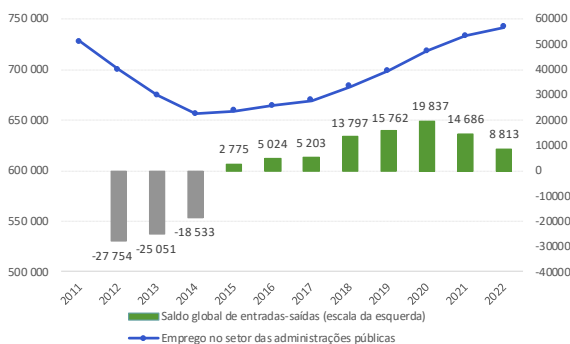


Fonte: Ministério das Finanças, Programa de Estabilidade 2023-2027.

No final de 2022, a dívida pública na ótica de Maastricht atingiu 113,9% do PIB, diminuindo 11,5 p.p. face a 2021. Em 2023, prevê-se que a dívida pública em percentagem do PIB se situe em 107,5%, uma redução de 6,4 p.p. No período 2023-2027, o rácio da dívida pública em percentagem do PIB deverá manter a trajetória descendente, descendo para níveis inferiores a 100% do PIB já em 2025 e reduzindo-se para um nível perto dos 90% em 2027. Esta tendência representa uma previsão de redução da dívida pública de 21,9 p.p. do PIB entre 2022 e 2027. Embora a dívida até 2027 não cumpra o critério de referência de 60%, a previsão permite cumprir o critério de redução da dívida, em que a dívida é comparada com a média dos últimos três anos.

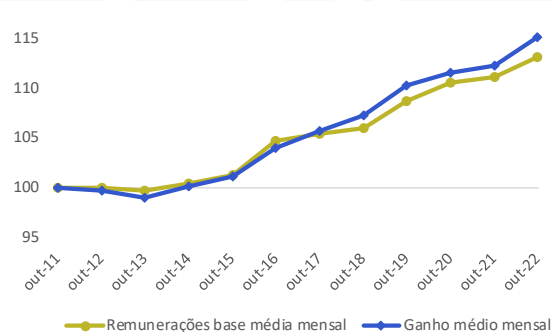
Em 2022, o emprego público aumentou 1,2%. No final do ano, o emprego das administrações públicas totalizou 742 260 postos de trabalho, o nível mais elevado desde 2011, representando um aumento de 1,2% face ao final de 2021. Na administração central, o aumento de emprego verificou-se principalmente nas entidades públicas empresariais do SNS, nas unidades orgânicas de ensino e investigação, nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário e nas forças de segurança. Entre as carreiras que mais contribuíram para o aumento do emprego destacam-se as carreiras das forças de segurança, de docente do ensino superior politécnico e do ensino universitário, de educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário, de enfermeiro, de técnico superior e de médico.

Gráfico 59. Emprego nas Administrações Públicas (Postos de trabalho, fim de período)



Fonte: DGAEP.

Gráfico 60. Remunerações base e ganhos médios mensais nas Administrações Públicas (Índice 2011=100)



Fonte: DGAEP; Ministério das Finanças.

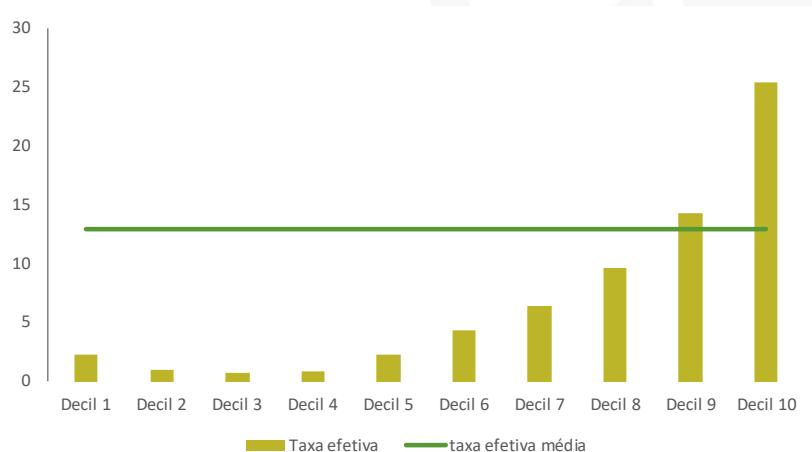
As remunerações de base e os ganhos médios mensais apresentaram evoluções homólogas positivas, até outubro de 2022, prolongando a trajetória ascendente iniciada em 2014. Face a outubro de 2011, aumentaram em termos acumulados cerca de 13% e 15%, respetivamente.

Caixa 5. Dashboard de Desigualdades de Rendimento e IRS

Foi recentemente publicado pelo GPEARI o *Dashboard* de Desigualdades de Rendimento e IRS referente a 2021¹³. Este *dashboard* baseia-se nos dados administrativos das notas de liquidação do IRS, disponibilizando informação sobre a distribuição dos rendimentos englobados em sede deste imposto. As suas cinco tabelas permitem uma análise completa dos níveis e desigualdades dos rendimentos, bem como dos efeitos redistributivos e taxas efetivas deste imposto, ao longo de toda a distribuição, com enfoque nos topos da mesma. Todos os anos são publicadas três versões deste *dashboard*, nomeadamente por adulto equivalente¹⁴, por sujeito passivo e por agregado fiscal, que são explicadas no Artigo 04/2022 do GPEARI¹⁵.

Analisando a versão por adulto equivalente do *dashboard*, verifica-se que em 2021, o IRS reduziu a desigualdade presente nos rendimentos englobados em 12%, com o índice de Gini a reduzir 5,1 p.p., passando de 42,8 antes de impostos para 37,7 após a aplicação do IRS. A par dum ligeiro aumento desta capacidade redistributiva do IRS, a desigualdade entre os rendimentos brutos registou uma pequena diminuição, visto que o índice de Gini de 2020 foi de 43,1. De facto, todos os indicadores de desigualdade evidenciam valores mais reduzidos, à exceção da *share* dos 1% mais ricos que aumentou de 7,5% para 7,7% do rendimento bruto total. Conclui-se, portanto, que os rendimentos médios dos 1% mais ricos não só aumentaram mais do que os dos 10% mais ricos, mas também do que o resto da população.

Na tabela abaixo é possível ver o efeito redistributivo do imposto em cada decil dos rendimentos. O efeito redistributivo do imposto num decil corresponde à diferença entre a percentagem do rendimento pós-IRS detida por esse grupo e a respetiva percentagem do rendimento pré-IRS. Para que a redistribuição global tenha valores positivos, esta diferença deverá ser positiva nos decis inferiores e negativa nos decis mais elevados. Olhando para a quinta coluna da tabela constata-se que o IRS redistribuiu dos 2 decis mais elevados para os 8 decis com rendimentos mais baixos.

Gráfico 61. Taxa média efetiva de IRS por decil

Fonte: Ministério das Finanças.

¹³ <https://www.gpeari.gov.pt/pt/web/pt/fiscalidade-e-desigualdade>.

¹⁴ O rendimento disponível por adulto equivalente é calculado utilizando a escala modificada da OCDE em que o primeiro adulto tem o peso de 1, cada membro adicional do agregado com 14 ou mais anos o peso de 0,5 e cada criança com menos de 14 anos o peso de 0,3.

¹⁵ <https://www.gpeari.gov.pt/documents/35086/266030/Artigo+04-2022-Dashboard+de+Desigualdades+de+Rendimento+e+IRS.pdf/6f7b2993-f442-ace8-accb-b94e6b3088c4?t=1666176940549>.

Também os indicadores parciais de desigualdade, os rácios de *shares* e de percentis, registaram melhorias significativas. O rácio de *shares* S90/S10 mostra que os 10% mais ricos tinham um rendimento bruto, em média, 29,5 vezes superior ao dos 10% mais pobres, valor que reduz para 22,8 após a redistribuição gerada pelo IRS. Já o rácio S80/S20, mostra que os 20% mais ricos, antes de impostos, tinham um rendimento 10,6 vezes superior ao rendimento dos 20% mais pobres, reduzindo para 8,5 vezes após a aplicação do imposto.

É ainda possível verificar a progressividade do imposto através da análise da evolução da taxa efetiva média ao longo dos decis. De facto, esta é sempre crescente entre o segundo e o décimo decil, sendo o crescimento mais significativo nos dois últimos decis. De salientar que o facto da taxa efetiva ser mais elevada no primeiro decil comparativamente com os seguintes pode estar relacionada com a conjugação de dois fatores: por um lado, pelo facto do mínimo de existência apenas ser aplicado a rendimentos de trabalho (dependente ou independente) ou de pensões, e por outro lado, ao impacto causado pelos rendimentos não englobados, que não são tributados às taxas progressivas e cujo valor do imposto está incluído na coleta, enquanto o rendimento bruto englobado não inclui esses rendimentos (o rendimento não englobado não é incluído nas notas de liquidação).

Em 2021, o rendimento bruto englobado médio registado foi de 14 357 euros (4,4% superior ao de registado em 2020) e a taxa efetiva média de imposto de 13%. Quando comparada a taxa efetiva média de imposto registada em 2020, verifica-se um aumento de 0,4 p.p., o que pode estar relacionado com a não atualização dos valores dos escalões de rendimentos em 2021.

Quadro 2. Rendimento bruto anual por decil

	Rendimento médio bruto	% do Rend. total pré-IRS	Taxa efetiva	% do Rend. total pós-IRS	Efeito redistribuição	% Receita total
Decil 1	1.585	1,10	2,24	1,24	0,14	0,19
Decil 2	5.008	3,49	0,97	3,97	0,48	0,26
Decil 3	7.022	4,89	0,73	5,58	0,69	0,27
Decil 4	8.600	5,99	0,80	6,83	0,84	0,37
Decil 5	9.762	6,80	2,23	7,64	0,84	1,17
Decil 6	11.319	7,88	4,39	8,66	0,78	2,67
Decil 7	13.501	9,40	6,47	10,11	0,70	4,69
Decil 8	16.901	11,77	9,59	12,23	0,46	8,71
Decil 9	23.085	16,08	14,28	15,84	-0,24	17,71
Decil 10	46.785	32,59	25,44	27,92	-4,67	63,96
Total	14.357	100,00	12,96	100,00	0,00	100,00

Fonte: Ministério das Finanças.

Verifica-se que os 20% mais ricos (os dois decis mais elevados) são responsáveis pelo pagamento de 81,7% da totalidade do imposto, sendo que, para fazer parte deste grupo bastava ter rendimentos brutos mensais superiores a 1 380 euros (durante 14 meses).

O *dashboard* mostra ainda que os 10% mais ricos, que contribuem com 64% do total do imposto, recebem, em média, um rendimento mensal bruto de cerca de 3 340 euros, pagando uma taxa efetiva de imposto de 25%. Já os 1% mais ricos, responsáveis pelo pagamento de 21% da totalidade do imposto, auferem, em média, um rendimento mensal de 7 880 euros, aos quais é aplicada uma taxa efetiva média de 35,4%.

Quadro 3. Rendimento bruto anual por topos

	Rendimento médio bruto	% do Rend. total pré-IRS	Taxa efetiva	% do Rend. total pós-IRS	% Receita total
Top 5%	60.901	21,21	28,71	17,37	46,97
Top 1%	110.293	7,68	35,35	5,71	20,95
Top 0,1%	296.154	2,06	42,25	1,37	6,72
Top 0,01%	924.368	0,64	45,67	0,40	2,27
Top 0,001%	2.569.906	0	49,13	0,10	0,68

Fonte: Ministério das Finanças.

Por outro lado, a taxa efetiva de tributação apenas supera a taxa marginal mais elevada dos escalões de rendimentos (48%) quando estamos perante os 0,001% mais ricos, o que corresponde a algumas dezenas de agregados.

Financiamento das Instituições Financeiras Europeias

O montante total de assinaturas de operações de financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI) para Portugal no primeiro trimestre de 2023 foi de 450 milhões de euros, com foco no setor da energia renovável e em linhas de crédito a empresas, ambos pilares prioritários para o BEI. Adicionalmente, em igual período foram já aprovados financiamentos num montante total de 500 milhões de euros, também em linhas de crédito a empresas e na área da saúde.

Quadro 4. Financiamentos assinados pelo BEI para Portugal no primeiro trimestre de 2023
(milhões de euros)

Projeto	Área	Montante ¹
REN energy loan	Energia	150,00
NB Loan for smes & midcaps and climate action	Serviços financeiros	300,00
Total 2023		450,00

¹ Apenas se incluíram os montantes destinados a Portugal.
Fontes: BEI, GPEARI.

Destaque para a assinatura, em janeiro, de um financiamento à REN – Redes Energéticas Nacionais, empresa que opera as principais infraestruturas de transporte de eletricidade e gás em Portugal, para a expansão e modernização da capacidade da rede de transmissão elétrica nacional, bem como a ligação e integração de novos geradores de energia renovável. Este projeto contribui assim para a manutenção da fiabilidade e qualidade da oferta de eletricidade nacional, para além de promover a produção de energia através de fontes renováveis através da sua ligação à rede.

Em 2022 o montante global de financiamento formalizado em Portugal pelo BEI foi de 1,522 mil milhões de euros, focando-se no financiamento a energia sustentável e recursos naturais, financiamento a empresas, e apoio a cidades e regiões sustentáveis. Também o Fundo Europeu de Investimento (FEI) continuou a apoiar as empresas portuguesas em 2022, quer através de investimentos em capital (123 milhões de euros), quer através de garantias a instituições bancárias nacionais para concessão de empréstimos com melhores condições financeiras a empresas, ao abrigo do Fundo de Garantia Pan-Europeu e do InvestEU. A apresentação dos resultados da atividade do Grupo BEI em Portugal em 2022 foi feita no passado dia 16 de fevereiro.

Previsões Económicas

Quadro 5. Previsões Económicas para 2023

(à data de 17 de abril de 2023)

	2023 ^e						
	MF	BdP	CFP	BCE	CE	FMI	OCDE
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)							
PIB	1,8	1,8	1,2	1,5	1,0	1,0	1,0
Consumo privado	0,6	0,3	0,4	-	-	-	0,3
Consumo público	2,6	1,8	2,8	-	-	-	2,3
Investimento (FBCF)	3,4	2,3	2,3	-	-	-	2,6
Exportações de bens e serviços	4,3	4,7	2,3	-	-	1,4	3,5
Importações de bens e serviços	3,7	2,4	2,3	-	-	3,2	3,4
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)							
Procura interna	1,6	-	1,2	-	-	-	1,0
Procura externa líquida	0,2	-	0,0	-	-	-	0,0
Desenvolvimentos cíclicos							
Produto potencial (taxa de variação, %)	-	-	1,9	-	-	-	1,5
Hiato do produto (% produto potencial)	-	-	0,8	-	-	0,7	-1,9
Evolução dos preços (taxa de variação, %)							
Deflador do PIB	5,7	-	4,1	-	-	4,1	6,4
IHPC	5,1	5,5	5,9	5,8	5,4	5,7	6,6
Evolução do mercado de trabalho (taxa de variação, %)							
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	0,3	0,1	0,2	-	-	0,7	-
Taxa de desemprego (% da população ativa)	6,7	7,0	6,4	5,9	-	6,6	6,4
Produtividade aparente do trabalho	1,4	-	1,0	-	-	-	0,9
Contas Públicas (em % do PIB)							
Receita total	44,4	-	44,4	-	44,4	43,6	44,5
Despesa total	44,8	-	45,0	-	45,5	44,9	45,0
Saldo primário	1,9	-	1,7	-	1,4	1,1	1,7
Saldo global	-0,4	-	-0,6	-	-1,1	-1,2	-0,6
Saldo estrutural	-0,5	-	-0,8	-	-1,2	-1,4	-
Dívida pública	107,5	-	109,2	-	109,1	112,4	109,9
Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)							
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	2,4	1,9	1,0	-	-	-	-
Saldo da balança corrente	0,4	-	-1,9	-	-	-0,8	-1,0
da qual: saldo da balança de bens e serviços	-0,7	-0,2	-2,8	-	-	-	-
Saldo da balança de capital	2,1	-	2,9	-	-	-	-

^e estimativa.

Fontes: Ministério das Finanças [MF] - Programa de Estabilidade - 2023-2027, 17 de abril de 2023 ; Banco de Portugal [BdP] - Boletim Económico, 24 de mar. 2023; Conselho de Finanças Públicas [CFP] - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2023-2027, 21 de março de 2023 Banco Central Europeu [BCE] - ECB Macroeconomic projections, 29 de dezembro 2022; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: Winter 2023, 13 de fevereiro 2023 e European Economic Forecast: Autumn 2022, 11 de novembro 2022 (Contas Públicas); Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook, 11 de abril 2023; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, 22 de novembro 2022 (Versão Preliminar).

Política Económica

Política Europeia

Conselho da União Europeia

Reunião do Conselho ECOFIN do passado dia 17 de janeiro. Da primeira reunião sob a presidência sueca do Conselho da União Europeia, destaca-se a apresentação das prioridades deste país para a área da economia e finanças. De destacar igualmente que os ministros trocaram pontos de vista sobre o impacto económico da agressão da Rússia contra a Ucrânia, tendo sido abordada a situação económico-financeira da Ucrânia e a implementação da assistência macrofinanceira da União a este país. Ademais, o Conselho foi informado sobre a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, no contexto da qual adotou uma Decisão de Execução com vista à atualização do Plano de Recuperação e Resiliência do Luxemburgo. De salientar também que o Conselho adotou Conclusões relativas à Estratégia Anual de

Crescimento Sustentável e ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta, tendo também aprovado a Recomendação sobre a política económica da área do euro para 2023.

Reunião dos Ministros das Finanças da União Europeia de 14 de fevereiro de 2023. Destaca-se a discussão em torno do impacto da agressão da Rússia contra a Ucrânia, no quadro da qual se discutiram, em especial, as sanções adotadas pela União Europeia contra a Rússia. É de destacar ainda o debate relativo à governação económica da União, com base na Comunicação da Comissão Europeia sobre as orientações para a reforma do quadro de governação económica da UE. Neste âmbito, o Conselho ECOFIN debateu vários aspetos desta reforma incluindo como assegurar concomitantemente trajetórias de ajustamento orçamental específicas para cada país e a supervisão multilateral ancorada em regras orçamentais e parâmetros europeus comuns, a possibilidade de maior enfoque no planeamento orçamental de médio prazo, bem como o eventual papel de uma análise baseada no risco na identificação de desafios específicos no domínio das finanças públicas. É de realçar igualmente, no contexto do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, a adoção por parte do Conselho de uma Decisão de Execução com vista a atualizar o Plano de Recuperação e Resiliência da Alemanha. De referir também que os ministros aprovaram os Termos de Referência da UE para uma reunião do G20, a qual teve lugar a 24 e 25 de fevereiro.

Reunião do Conselho ECOFIN de 14 de março de 2023. Destaca-se o debate acerca do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, nomeadamente no que concerne à possibilidade deste instrumento contribuir para a transição energética e para assegurar a independência da Europa da energia da Rússia. Também no contexto deste mecanismo, o Conselho adotou uma Decisão de Execução com vista a atualizar o Plano de Recuperação e Resiliência da Finlândia. De destacar igualmente a aprovação de Conclusões do Conselho relativas às orientações para a reforma do quadro de governação económica da União Europeia, com vista, em particular, a conceder orientação política para a preparação de propostas legislativas relevantes por parte da Comissão Europeia. É ainda de realçar a apresentação da Comissão Europeia da sua Comunicação sobre as orientações de política orçamental para 2024, sobre a qual os Ministros trocaram pontos de vista. Foi ainda discutido o impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia, em particular os aspetos relacionados com a questão da energia e dos mercados financeiros. De destacar adicionalmente que os ministros deram orientações relativas aos trabalhos de preparação da próxima reunião dos ministros das finanças e dos governadores dos bancos centrais do G20, bem como das reuniões da Primavera do FMI. O Conselho aprovou as suas linhas de orientação para o Orçamento de 2024 da União, assim como adotou uma recomendação com vista a dar quitação à Comissão Europeia quanto à execução do Orçamento da União para 2021.

Banco Central Europeu

Reunião do Conselho do BCE de 2 de fevereiro. O Conselho, na reunião de política monetária, decidiu aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito foram aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023. Foram igualmente decididas as modalidades de redução das posições do Eurosistema em títulos adquiridos ao abrigo do programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – APP), sendo que a carteira do APP diminuirá, em média, 15 mil milhões de euros por mês, a partir do princípio de março até ao final de junho de 2023, e o subsequente ritmo de redução da carteira será determinado com o tempo. No que concerne ao programa de compra de

ativos devido a emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme* – PEPP), o BCE tenciona reinvestir os pagamentos de capital dos títulos vincendos adquiridos no contexto do programa até, pelo menos, ao final de 2024, sendo que a futura descontinuação gradual da carteira do PEPP será gerida de modo a evitar interferências com a orientação de política monetária apropriada.

Reunião do Conselho do BCE de 16 de março. O Conselho decidiu aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,50%, 3,75% e 3,00%, com efeitos a partir de 22 de março de 2023. As mais recentes projeções do BCE reviram, para 2023, a inflação em baixa para 5,3% e o crescimento da área do euro em alta para 1%. O Conselho do BCE afirmou ainda estar a acompanhar de perto as atuais tensões no mercado e estar preparado para responder conforme necessário, no sentido de preservar a estabilidade de preços e a estabilidade financeira na área do euro.

Políticas Nacionais

No primeiro trimestre de 2023, o cenário económico levou à implementação de diversas medidas de política económica com o objetivo de minimizar os efeitos adversos da pandemia da COVID-19 e da inflação. Relativamente à inflação, destacam-se os apoios às indústrias intensivas em gás e às empresas do setor dos transportes públicos de passageiros. No âmbito das medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19, salienta-se que o apoio ao setor cultural foi ampliado através da primeira alteração ao Programa Garantir Cultura, destinado ao tecido empresarial, aumentando o montante associado ao segundo adiantamento para empresas do setor cultural afetadas.

Foram também adotadas medidas tendo como foco o reforço da capacitação de recursos humanos e a promoção do empreendedorismo e inovação e a formação profissional na área da energia.

No âmbito do meio ambiente, foi aprovado o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030, promovendo a economia circular e a sustentabilidade ambiental.

Já no setor turístico, foram criadas e alteradas medidas como a Linha Consolidar + Turismo, o Programa Adaptar Turismo e a medida complementar ao Apoiar Turismo, visando apoiar a recuperação e adaptação do setor.

A digitalização das empresas também foi incentivada por meio da primeira alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos "Empresas 4.0". O financiamento das empresas foi fortalecido com a aprovação do Sistema de Apoio à Reposição das Capacidades Produtivas e da Competitividade.

No âmbito da defesa dos consumidores procurou-se reforçar a proteção e os direitos dos consumidores em geral.

Principais Medidas Legislativas

Principais Medidas de Política Económica no primeiro trimestre de 2023

As principais medidas de política económica implementadas no primeiro trimestre de 2023 são apresentadas por área de atuação de acordo com o objetivo principal descrito pela medida. Consideram-se

apenas as medidas aprovadas oficialmente, que introduzem alterações com impacto direto na atividade das empresas e na vida quotidiana das famílias.

No primeiro trimestre de 2023, foram implementadas medidas no âmbito do reforço do sistema de incentivos às indústrias intensivas em gás para mitigar os impactos da inflação, do combate aos efeitos da pandemia da Covid-19 no setor da Cultura, da formação profissional na área da energia, da promoção da mobilidade e sustentabilidade no interior do país, do empreendedorismo e inovação, da economia circular, e da digitalização das empresas. Salientam-se ainda medidas visando a recuperação e consolidação do setor turístico, a reposição das capacidades produtivas e da competitividade das empresas e o reforço da proteção e dos direitos dos consumidores.

Medidas de combate ao impacto adverso da pandemia da COVID-19 e da Inflação

Sistema de incentivos «Apoiar as Indústrias Intensivas em Gás»

Decreto-Lei n.º 6/2023 - Diário da República n.º 20/2023, Série I de 2023-01-27

Reforça o sistema de incentivos «Apoiar as Indústrias Intensivas em Gás».

COVID-19

Programa Garantir Cultura (tecido empresarial)

Portaria n.º 77-A/2023 - Diário da República n.º 52/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-03-14

Primeira alteração ao Regulamento do Programa Garantir Cultura (tecido empresarial).

Mercado de Trabalho e Capacitação de Recursos Humanos

Programa «Trabalhos & Competências Verdes/Green Skills & Jobs»

Portaria n.º 21/2023 - Diário da República n.º 5/2023, Série I de 2023-01-06

Cria o Programa «Trabalhos & Competências Verdes/Green Skills & Jobs», programa de formação profissional na área da energia.

Medida Emprego Interior MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável

Portaria n.º 63/2023 - Diário da República n.º 44/2023, Série I de 2023-03-02

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 174/2020, de 17 de julho, que define a medida Emprego Interior MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável.

Inovação, Empreendedorismo e I&D

Medida Empreende XXI

Portaria n.º 44/2023 - Diário da República n.º 30/2023, Série I de 2023-02-10

Primeira alteração à Portaria n.º 26/2022, de 10 de janeiro, que cria e regula a medida Empreende XXI.

Economia do Ambiente**Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030) - Economia circular**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023 - Diário da República n.º 60/2023, Série I de 2023-03-24

Aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030).

Digitalização**Sistema de Incentivos «Empresas 4.0»**

Portaria n.º 43/2023 - Diário da República n.º 30/2023, Série I de 2023-02-10

Procede à primeira alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos «Empresas 4.0», aprovado pela Portaria n.º 135-A/2022, de 1 de abril.

Turismo**Linha Consolidar + Turismo**

Despacho Normativo n.º 1/2023 - Diário da República n.º 8/2023, Série II de 2023-01-11

Cria a Linha Consolidar + Turismo.

Programa Adaptar Turismo

Despacho Normativo n.º 3/2023 - Diário da República n.º 33/2023, Série II de 2023-02-15

Altera o Programa Adaptar Turismo.

Medida complementar ao Apoiar Turismo

Despacho Normativo n.º 4/2023 - Diário da República n.º 33/2023, Série II de 2023-02-15

Cria medida complementar ao Apoiar Turismo.

Capitalização, Investimento e Acesso a Financiamento**Sistema de Apoio à Reposição das Capacidades Produtivas e da Competitividade**

Decreto-Lei n.º 4/2023 - Diário da República n.º 8/2023, Série I de 2023-01-11

Aprova o Sistema de Apoio à Reposição das Capacidades Produtivas e da Competitividade.

Finanças Públicas**Normas de execução do Orçamento do Estado para 2023**

Decreto-Lei n.º 10/2023, Diário da República n.º 28/2023, Série I de 2023-02-08

Estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2023.

Regulamentação da Entidade Contabilística Estado

Despacho n.º 274/2023, Diário da República n.º 5/2023, Série II de 2023-01-06

Define a Entidade Contabilística Estado.

Modelo conceptual de controlo orçamental, económico e financeiro

Despacho n.º 275/2023, Diário da República n.º 5/2023, Série II de 2023-01-06

Aprova o modelo integrado de controlo orçamental, económico e financeiro.

Outros

Defesa dos consumidores

Lei n.º 10/2023 - Diário da República n.º 45/2023, Série I de 2023-03-03

Completa a transposição da Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores.

■ Artigos

Scale-Ups in Portugal: Improving Policy Design by Understanding High-Growth in SMES

Rayam Calôba Duarte de Oliveira (Nova SBE) e Sílvia Fonte-Santa (Banco de Portugal¹⁶)

Em 2019, a OCDE iniciou uma linha de trabalho sobre empresas com potencial para ganhar escala (*scale-ups*), abrindo oportunidades importantes para os países coordenarem esforços de políticas voltadas para o crescimento de PMEs. Esta análise contribui para o trabalho da OCDE em *scale-ups*, investigando quais recursos estão associados a maiores probabilidades de ganhar escala, considerando tanto o emprego quanto a rotatividade como métricas de crescimento.

[Ler artigo](#)

Impacto da Guerra na Ucrânia

Adriana Lopes (GPEARI), Henrique Santos (GPEARI)

O dia 24 de fevereiro de 2022 ficará marcado na história como o início do maior conflito armado no continente europeu no pós-II Guerra Mundial, tendo a UE vindo a adotar um conjunto de sanções contra a Federação Russa, designadamente, sanções a personalidades e a setores chave. A invasão dura há já um ano, e sem perspectivas de resolução num horizonte próximo, sendo diversos e significativos os respetivos impactos macroeconómicos globais e em Portugal.

[Ler artigo](#)

¹⁶ Aquando do exercício de funções no GPEARI.

A reforma do mínimo de existência

Paulo Renato Costa (GPEARl)

O mínimo de existência é o nível de rendimento disponível convencionado como indispensável a uma vida condigna, estipulando-se que os contribuintes com rendimento disponível inferior ao valor do mínimo de existência não estarão sujeitos ao pagamento de impostos diretos devido a considerar-se não disporem de capacidade contributiva. Com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2023 (LOE 2023), a regra de aplicação do mínimo de existência foi profundamente revista, tendo já efeitos sobre os rendimentos de 2022. Este estudo analisa as alterações à regra do mínimo de existência e o seu impacto no rendimento disponível dos agregados, na receita do Estado e nos principais indicadores de desigualdade.

[Ler artigo](#)

Comércio Externo do Brasil (2017-2021) e Portugal-Brasil (2018-2022)

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho a evolução do comércio externo de mercadorias do Brasil face ao mundo, entre 2017 e 2021, com base em dados de fonte “International Trade Centre” (ITC) calculados a partir de dados do “Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil”, e de Portugal com o Brasil ao longo do período 2018-2022, com base em dados de fonte “Instituto Nacional de Estatística de Portugal” (INE), em versão definitiva até 2021 e preliminar para 2022, com última atualização em 12 de Março de 2023.

[Ler artigo](#)

Comércio Externo de Timor-Leste (2017-2021) e Portugal– Timor-Leste (2018-2022)

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho a evolução do comércio externo de mercadorias de Timor-Leste face ao mundo entre 2017 e 2021, a partir da base de dados do “International Trade Centre” (ITC), para 2017 calculados a partir de estatísticas “COMTRADE” (ONU) e para 2018 a 2021 baseados em declarações dos parceiros comerciais de Timor-Leste (*mirror data*). Analisa-se em seguida a evolução do comércio internacional de Portugal com Timor-Leste ao longo do período 2018-2022, com base em dados de fonte “Instituto Nacional de Estatística de Portugal” (INE), em versão definitiva até 2021 e preliminar para 2022, com última atualização em 9 de fevereiro de 2023.

[Ler artigo](#)

Comércio Externo da Guiné Equatorial (2017-2021) e Portugal-Guiné Equatorial (2018-2022)

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho a evolução do comércio externo de mercadorias da Guiné Equatorial face ao mundo, entre 2017 e 2021, com base em dados estatísticos de fonte “International Trade Centre” (ITC), calculados a partir de dados reportados pelos parceiros comerciais do país (*mirror data*). Analisa-se em

seguida a evolução do comércio internacional de Portugal com a Guiné Equatorial ao longo do período 2018-2022, com base em dados preliminares de fonte “Instituto Nacional de Estatística de Portugal” (INE), com última atualização em 13 de março de 2023.

[Ler artigo](#)

Comércio Externo de São Tomé e Príncipe (2017- 2021) e Portugal-São Tomé e Príncipe (2018-2022)

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho a evolução do comércio externo de mercadorias de São Tomé e Príncipe face ao mundo, entre 2017 e 2021, com base em dados divulgados no “Boletim de Estatísticas do Comércio Externo” do “Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe”, desagregados por produtos do “Sistema Harmonizado” (SH), em US\$, convertidos a Euros, complementados por dados de fonte “International Trade Centre (ITC)”.

[Ler artigo](#)

Comércio Externo de Cabo Verde (2017-2021) e Portugal-Cabo Verde (2018-2022)

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho a evolução do comércio externo de mercadorias de Cabo Verde face ao mundo entre 2017 e 2021, com base em dados divulgados no “Boletim de Estatísticas do Comércio Externo do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde”, complementados por dados de fonte “International Trade Centre (ITC)”, estes desagregados por produtos do “Sistema Harmonizado” (SH), coincidente até 6 dígitos com a “Nomenclatura Combinada” (NC).

[Ler artigo](#)

Comércio Externo da Guiné-Bissau (2017-2021) e Portugal – Guiné-Bissau (2018-2022)

Walter Anatole Marques (GEE)

Não se dispendo de dados estatísticos relativos ao passado recente do comércio externo de mercadorias da Guiné-Bissau com origem em fontes nacionais, foram neste trabalho utilizados dados de base disponíveis no “International Trade Centre” (ITC) por produtos do ‘Sistema Harmonizado’ (SH), para 2017 e 2018 calculados a partir de dados divulgados pelo INE da Guiné-Bissau e para 2019 a 2021 a partir de dados divulgados pelos seus parceiros comerciais (*mirror data*).

[Ler artigo](#)

Comércio Externo de Moçambique (2020-2021) e Portugal-Moçambique (2018-2022)

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho a evolução do comércio externo de mercadorias de Moçambique face ao mundo, entre 2020 e 2021, com base em dados divulgados na publicação da série anual “Estatísticas do Comércio Externo de Bens-Moçambique, 2021-Instituto Nacional de Estatística”. Analisa-se em seguida a evolução

do comércio internacional de Portugal com Moçambique ao longo do período 2018-2022, com base em dados de fonte “Instituto Nacional de Estatística de Portugal” (INE), em versão definitiva até 2021 e preliminar para 2022, com última atualização em 9 de fevereiro de 2023.

[Ler artigo](#)

Comércio Internacional Índices de valor, volume e preço por grupos e subgrupos de produtos (Janeiro-Dezembro 2022/2021)

Walter Anatole Marques (GEE)

Apresentam-se neste trabalho indicadores de evolução em Valor, Volume e Preço das importações e das exportações portuguesas de mercadorias por grupos e subgrupos de produtos, calculados para o período acumulado de janeiro a dezembro de 2022, a preços do período homólogo de 2021.

[Ler artigo](#)

Comércio Externo de Angola (2017-2021) e Portugal-Angola (2018-2022)

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho a evolução do comércio externo de mercadorias de Angola face ao mundo, entre 2017 e 2021, com base em dados divulgados pela “Administração Geral Tributária” (AGT) do Ministério das Finanças de Angola. Analisa-se em seguida a evolução do comércio internacional de Portugal com Angola ao longo do período 2018-2022, com base em dados de fonte “Instituto Nacional de Estatística de Portugal” (INE), em versão definitiva até 2021 e preliminar para 2022, com última atualização em 9 de fevereiro de 2023.

[Ler artigo](#)

Efeitos da pandemia COVID-19 nas exportações e nas importações

Dulce Guedes Vaz e Graça Sousa (GEE)

O presente relatório apresenta e analisa os fluxos comerciais internacionais, por grupos de produtos, exportações e importações ocorridas no ano de 2020, relacionando-os com as que se verificaram nos anos imediatamente anterior e posterior, com o objetivo de apresentar os efeitos da COVID-19 nos resultados do ano de 2020. De um modo geral, no ano 2020, quando se fizeram sentir os efeitos da pandemia da doença COVID-19, os valores transacionados diminuíram, praticamente, em todos os grupos de mercadorias, quer nas exportações quer nas importações, tanto nas trocas comerciais realizadas com os países da União Europeia como com os países do resto do Mundo. Em 2021, com o levantamento das medidas restritivas adotadas no âmbito da COVID-19, começou a verificar-se a retoma da trajetória pré-pandémica e as TVH, tanto nas exportações, como nas importações, quer ao nível do comércio nacional, quer ao nível do comércio dentro e fora da União Europeia, foram positivas.

[Ler artigo](#)

Comércio Externo do Reino Unido e Portugal-Reino Unido 2017-2021 e Janeiro-Outubro 2021-2022

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho a evolução do comércio internacional de mercadorias do Reino Unido (incluindo a Irlanda do Norte) face ao mundo, entre 2017 e 2021, com base em dados de fonte 'International Trade Centre' (ITC) calculados a partir de dados "Comtrade" da ONU, e de Portugal com o Reino Unido ao longo do período 2017-2021 e janeiro a outubro 2021-2022, com base em dados de fonte "Instituto Nacional de Estatística de Portugal" (INE), em versão definitiva até 2021 e preliminar para 2022, com última atualização em 9 de dezembro de 2022.

[Ler artigo](#)

Comércio Internacional com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) 2017-2021 e Janeiro-Outubro 2021-2022

Walter Anatole Marques (GEE)

Na sequência do processo de descolonização de Portugal, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs fim à "Guerra Colonial", tornaram-se independentes as até então Províncias Ultramarinas africanas. Ainda em 1974, a 10 de setembro a Guiné-Bissau, e em 1975, a 25 de junho Moçambique, a 5 de julho Cabo Verde, a 12 de julho São Tomé e Príncipe e a 11 de novembro Angola.

[Ler artigo](#)

Comércio Externo do Canadá e Portugal-Canadá 2017-2021 e Janeiro-Outubro 2021-2022

Walter Anatole Marques (GEE)

As exportações anuais portuguesas de mercadorias para o Canadá acompanharam de perto o ritmo das importações entre 2000 e 2011, acentuando o seu crescimento a partir de então.

[Ler artigo](#)

Tendências e Políticas Públicas de Turismo em 2022 com base na OCDE: Enquadramento e notas sobre Portugal

Sílvia Santos (GEE)

O presente documento baseia-se e sintetiza os principais elementos do relatório da OCDE *Tourism Trends and Policies 2022*, que analisa em que medida é que 50 países membros e associados da OCDE convergem para um crescimento sustentável e inclusivo do turismo, identificando boas práticas e políticas públicas de relevo da economia do turismo. O relatório, disponível neste formato desde 2008, é publicado a cada dois anos e resulta do trabalho desenvolvido no Comité de Turismo da OCDE. A pandemia COVID-19 fez emergir debilidades na economia do turismo, a que acresce o choque económico provocado pela agressão da Rússia à Ucrânia, impondo novos desafios e constituindo-se um entrave às tendências de recuperação. As empresas de turismo enfrentam agora também os custos crescentes de muitos *inputs*, com destaque para

a energia e alimentação, bem como os desajustamentos do mercado de trabalho e das qualificações e competências. Em conjunto com o contexto desfavorável ao turismo provocado pelo aumento do custo de vida das famílias, remete-nos para a oportunidade de os decisores políticos aplicarem medidas de alavancagem do setor no curto prazo, mas também de longo prazo, contribuindo para uma economia do turismo futuro mais resiliente, sustentável e inclusiva.

[Ler artigo](#)

Cash Rebate - Avaliação do Incentivo à Produção Cinematográfica e Audiovisual

PlanAPP, GEPAC e GEE

Este relatório apresenta os resultados de uma avaliação realizada para cumprir as exigências da Portaria n.º 490/2018, de 28 de setembro, que determinou a obrigatoriedade de avaliar o impacto do incentivo *Cash Rebate* no setor do cinema e do audiovisual em Portugal. A avaliação teve como objetivo sintetizar a experiência com a aplicação do incentivo, com foco na sua relevância e no seu funcionamento, contribuindo para melhor fundamentar a decisão sobre a sua continuidade e o respetivo racional. A avaliação procurou responder a seis questões-chave sobre o funcionamento e impacto do incentivo, e utilizou uma abordagem metodológica que incluiu a análise de estatísticas oficiais, documentos administrativos, relatórios e bases de dados relativos à gestão do incentivo, entrevistas às entidades gestoras do incentivo e a atores com conhecimento relevante do setor do cinema e audiovisual e estudos de caso centrados em projetos apoiados pelo incentivo. Os resultados da avaliação indicaram que o incentivo *Cash Rebate* é relevante para a dinâmica do setor do cinema e do audiovisual em Portugal e para a captação de filmagens internacionais, enfrentando um contexto concorrencial de outros países europeus que também oferecem incentivos à produção cinematográfica e audiovisual. Além disso, o incentivo cumpriu o objetivo de atrair produtoras internacionais e de desenvolver a produção cinematográfica e audiovisual em Portugal, contribuindo indiretamente para a dinamização do setor do turismo. A gestão do incentivo foi avaliada como positiva, mas com algumas dimensões passíveis de melhoria. Com base nos resultados da avaliação, foram apresentadas algumas recomendações destinadas a melhorar o funcionamento do incentivo.

[Ler artigo](#)

Os transportes e as relações comerciais entre as regiões de Portugal Continental e a União Europeia (2019-2021)

Dulce Guedes Vaz e Graça Sousa (GEE)

O presente relatório analisa os fluxos comerciais intra-UE e as cinco regiões de Portugal Continental (NUTS II), nos anos de 2019 a 2021, identificando os tipos/grupos de produtos transacionados e os modos de transporte através dos quais circularam. O recurso ao transporte rodoviário prevalece em todas as regiões de Portugal Continental, quer nas exportações quer nas importações, o que se poderá justificar pelo facto de as ligações terrestres serem as mais adequadas ao comércio com Espanha, sobretudo tendo em conta a rede de autoestradas existente por contraposição à quase inexistência de ligações ferroviárias. O transporte ferroviário é pouco expressivo. Com efeito, numa perspetiva de sustentabilidade e de redução das emissões de CO₂, o desenvolvimento de ligações ferroviárias com os países da UE, designadamente com Espanha, permitiria diversificar a oferta de transporte, com repercussões positivas nas vertentes económica e

ambiental. As importações foram sempre superiores às exportações no período de 2019 a 2021. No período de 2019 a 2021, a região Norte foi a que teve a maior percentagem de exportações, enquanto a Área Metropolitana de Lisboa foi a que teve a maior percentagem de importações. Os cinco principais grupos de produtos movimentados nas exportações e nas importações, em 2021, foram nas exportações: Máquinas e aparelhos, Veículos e outro material de transporte, Metais comuns, Plásticos e borrachas e Agrícolas. Nas importações: Máquinas e aparelhos, Químicos, Combustíveis minerais, Veículos e outro material de transporte e Agrícolas. Em 2021, os cinco principais países da União Europeia de destino das exportações e de origem das importações de Portugal Continental foram os mesmos, embora com ordenação diferente: Nas exportações: Espanha, França, Alemanha, Itália e Países Baixos; Nas importações: Espanha, Alemanha, França, Países Baixos e Itália.

[Ler artigo](#)

Inovação e Digitalização no Turismo: um caminho para a Sustentabilidade”

Sílvia Gregório dos Santos (GEE)

A digitalização permite potenciar a inovação, gerar eficiências económicas e ambientais e incrementar a produtividade. Esta já era uma realidade no setor do Turismo, sendo que a pandemia COVID-19 veio acelerar esta necessidade e revelar um leque de oportunidades para as empresas do setor, como o desenvolvimento de novos produtos e serviços, processos de gestão e comunicação, acessibilidade a novos mercados e a melhoria da experiência do turista. Em Portugal, são vários os exemplos de iniciativas e medidas de política que têm permitido alavancar as atividades do Turismo cumprindo estes (novos) desafios. A chave do sucesso centra-se na colaboração estreita e em rede entre as empresas e entidades públicas e associativas, nomeadamente os centros de investigação, que potenciam a capacidade de inovação num dos principais setores da economia nacional. O artigo pretende contribuir para uma reflexão sobre as tendências e as necessidades futuras do Turismo, nomeadamente em Portugal, bem como a apresentação de exemplos e boas práticas, num período em que a digitalização e a inovação são fatores cruciais para o objetivo da sustentabilidade, em linha com as agendas europeia e mundial.

[Ler artigo](#)

O Alojamento Local no Concelho de Lisboa: Impactos e Desafios

Gabriel Osório de Barros e Gonçalo Novo (GEE)

O Alojamento Local (AL) é um tipo de alojamento que se baseia na oferta de quartos ou casas inteiras para hóspedes por períodos curtos (em particular turistas), geralmente por meio de plataformas *online*. Este tipo de alojamento tem-se tornado cada vez mais popular em destinos turísticos, como Lisboa, pois permite aos proprietários de imóveis obter rendimentos adicionais e aos turistas ter experiências mais próximas da vida quotidiana e menos onerosas. O AL pode ter impactos positivos nas cidades, como sejam oferecer um tipo de alojamento mais próximo das necessidades dos turistas, contribuir para o desenvolvimento económico local, gerar rendimentos para os proprietários de imóveis, criar oportunidades de emprego, ou promover a reabilitação dos imóveis. No entanto, o AL também pode gerar impactos negativos, como a gentrificação ou a descaracterização dos bairros. Para minimizar estes impactos, os municípios podem implementar medidas de regulamentação e de contenção, como licenciamentos obrigatórios, quotas máximas de

alojamentos e zonas de exclusão. O presente Tema Económico constitui uma reflexão sobre os impactos, os desafios e as oportunidades do AL no concelho de Lisboa, explorando a regulamentação e as políticas municipais, os benefícios e os riscos para a cidade e para os residentes, e a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento social, económico e ambiental da cidade.

[Ler artigo](#)

Recuperação e revitalização empresarial – um balanço dos mecanismos judiciais e extrajudiciais

Teresa Maria Rebelo (GEE)

A Diretiva sobre reestruturação e insolvência (Diretiva (UE) 1023/2019, de 20 de junho) dá enfoque à importância de uma reestruturação preventiva da parte das empresas para evitar o agravamento de dificuldades que podem conduzir à insolvência, priorizando a criação de diversos mecanismos de alerta que possam ajudar os órgãos de gestão numa tomada de decisão em tempo útil. De igual forma, é valorizada a via extrajudicial e a existência de instrumentos alternativos, para que a máquina judicial seja libertada de processos que reúnem condições de aprovação de planos de recuperação numa esfera mais reduzida, fora dos tribunais. A transposição desta Diretiva para o quadro jurídico português foi feita em janeiro de 2022. Neste documento, é apresentado um balanço dos mecanismos judiciais e extrajudiciais em Portugal, das fragilidades encontradas ao nível extrajudicial, nomeadamente do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), do funcionamento do Mecanismo de Alerta Precoce (MAP) em Portugal e da importância de uma divulgação do papel do mediador de recuperação de empresas enquanto perito qualificado para apoiar as empresas em sede de recuperação ou de revitalização empresarial.

[Ler artigo](#)

I&D e Inovação: (Des) Igualdade de Género e Valorização de Recursos

Eugénia Pereira da Costa e Carla Ferreira (GEE)

A oferta de recursos humanos em ciência e tecnologia está entre os fatores mais importantes na base da competitividade da União Europeia (UE) a longo prazo. A procura de recursos humanos pode variar, dependendo do setor industrial ou setores tecnológicos e, portanto, o foco em 'despesas de Investigação e Desenvolvimento (I&D)' deve ser complementado por indicadores como 'pessoal de I&D' e 'investigadores' para captar plenamente a vantagem comparativa da UE. Neste contexto, a sub-representação das mulheres na investigação pública e privada apresenta um potencial de talento não utilizado e priva as mulheres da oportunidade de contribuírem para a investigação e inovação (I&I), num plano de igualdade de género. O presente estudo analisa o contexto de Portugal em termos de igualdade de género no âmbito da I&I, comparando-a com a média dos 27 países da UE (UE27), através de uma seleção de indicadores. Apresenta um ponto de situação das principais iniciativas de política pública adotadas, no contexto europeu e nacional, e analisa algumas tendências no contexto global em matéria de representatividade das mulheres nas áreas da ciência e da tecnologia. Os dados revelam que, em Portugal, a proporção de mulheres entre os doutorados é superior à dos homens e que a UE27 está perto de alcançar a paridade de género entre os doutorados. Tanto a nível da UE27 como nacional, as mulheres continuam sub-representadas nos campos das Tecnologias de Informação e Comunicação e Engenharia, Indústria e Construção. Apesar de se observarem evoluções positivas na trajetória de diminuição da disparidade de género nos domínios da

ciência, da investigação e da tecnologia, as mulheres permanecem significativamente sub-representadas nos lugares de topo (grau A) do setor do ensino superior e nos quadros de direção e gestão executiva das instituições de investigação. Neste sentido, é necessário acelerar o processo de igualdade de género em I&I, prosseguindo e reforçando as medidas de política pública para promover a adoção de modelos mais tangíveis para encorajar mais mulheres a seguir uma carreira científica e a participar nas decisões de política científica, garantindo a sua presença em conselhos de administração das instituições.

[Ler artigo](#)

